



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Kauê De Santis Pisauro

Uso do território e insurgência em Florianópolis:
Casa de Passagem e ponto de cultura indígena Goj Ty Sá

Florianópolis

2024

Kauê De Santis Pisauro

Uso do território e insurgência em Florianópolis:

Casa de Passagem e ponto de cultura indígena Goj Ty Sá

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador(a): Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.

Florianópolis

2024

Pisauro, Kauê De Santis

Uso do território e insurgência em Florianópolis : Casa de Passagem e ponto de cultura indígena Goj Ty Sá / Kauê De Santis Pisauro ; orientador, Elson Manoel Pereira, 2024.

72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

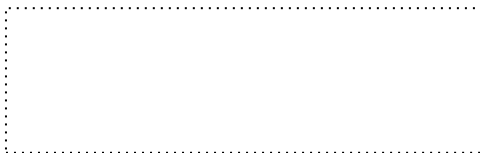
1. Geografia. 2. Práticas Espaciais Insurgentes. 3. Ocupação urbana. 4. Territorialização. 5. Planejamento territorial. I. Pereira, Elson Manoel . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Geografia. III. Título.

Kauê De Santis Pisauro

Uso do território e insurgência em Florianópolis: Casa de Passagem e ponto de cultura indígena
Goj Ty Sá

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Geografia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Geografia.

Florianópolis, 27 de novembro de 2023



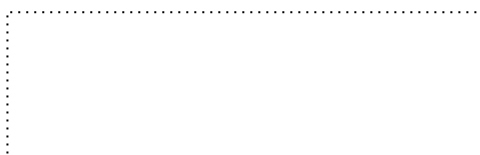
Coordenação do Curso

Banca examinadora



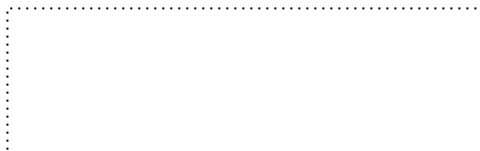
Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.

Orientador(a)



Profª. Maria Helena Lenzi, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Gustavo Andrade Neto, Dr.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 2024

AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica para chegar à elaboração deste trabalho não seria possível sem todas as pessoas que fizeram parte do meu caminhar.

Agradeço a minha família que me apoiou e me deu o suporte necessário para chegar aqui. Minha mãe, meu pai e meu irmãozinho. Avós, tios, primos e demais familiares que me acompanham desde sempre.

Agradeço a família de amigos que me acompanha nessa vida. Agradeço a cada conversa, encontro, risada, abraço e apoio. Companheirismo que me faz ter a força necessária para sonhar.

Agradeço aos professores, pesquisadores e artistas, que me mostraram as ferramentas necessárias para a compreensão do mundo e abriram caminhos para que eu pudesse trilhar.

Agradeço a todas as pessoas que fazem desse mundo, mundo. Assim como a todas as pessoas que lutam por um mundo melhor e me fazem agir em esperança.

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições.”

(Milton Santos, 2000, p. 160)

RESUMO

Este trabalho busca elaborar uma relação entre as práticas espaciais que insurgem contra o poder hegemônico e o planejamento urbano em Florianópolis, compreendendo a cidade como um lugar que passa por uma urbanização intensa, tensionada pelos diversos agentes atuantes no território. A pesquisa aprofundou-se no estudo da luta pela implantação da Casa de Passagem indígena Goj Ty Sá, ocupação que foi iniciada em 2016. Um dos principais motivos da implantação da Casa de Passagem foi o deslocamento forçado de famílias Kaingang do interior do estado, famílias estas que em decorrência do descaso do poder público e degradações ecológicas, tiveram que buscar a vida na cidade. Com o processo de resistência e construção de uma rede de solidariedade, pode-se considerar que a Casa de Passagem hoje se tornou um ponto de referência para indígenas de diversas partes do Brasil. O trabalho busca realizar uma reflexão crítica acerca do processo de ocupação da Casa de Passagem, anteriormente um terminal de ônibus abandonado (TISAC), onde, desde 2018, ocorre o processo para iniciar a construção da Casa de Passagem, concedida legalmente para ser construída no terreno ocioso da Via Expressa Sul ao lado do terminal. Através do levantamento de dados qualitativos para a compreensão dos processos que atravessam a luta pela implantação Casa de Passagem, buscando os movimentos que se articulam dentro dessa totalidade, se tornou explícito como tentam operar certas práticas hegemônicas no planejamento urbano. Observou-se igualmente as potencialidades de um processo de insurgência diante do pensamento hegemônico, mostrando a territorialização em jogo para a construção da Casa de Passagem e dialogando com as solidariedades que tem constituído este lugar. Em relação à produção da cidade, foi possível observar que o poder público de Florianópolis tem convergências com o *modus operandi* hegemônico, onde a urbanização capitalista contemporânea caracteriza-se pelo exercício de implantação do neoliberalismo e que mantém o poder da colonialidade, ao mesmo tempo em que há um embate para o uso do território como lugar de vida.

Palavras-chave: Práticas Espaciais Insurgentes; Ocupação urbana; Territorialização; Planejamento territorial; Florianópolis.

ABSTRACT

This monography aims to establish a connection between spatial practices that challenge hegemonic power and urban planning in Florianópolis, understanding the city as a place undergoing intense urbanization, strained by various actors in its territory. The research delves into the study of the struggle for the establishment of the Goj Ty Sá indigenous Transit House, an occupation that began in 2016. One of the main reasons for establishing the Transit House was the forced displacement of Kaingang families from the interior of the state, who, due to government neglect and ecological degradation, had to seek life in the city. Through resistance and the construction of a solidarity network, the Transit House has become a point of reference for indigenous people from various parts of Brazil. This work seeks to critically reflect on the occupation process of the Transit House, formerly an abandoned bus terminal (TISAC), where, since 2018, the process has been underway to construct the Transit House, legally granted to be built on the vacant land of the Via Expressa Sul next to the terminal. By collecting qualitative data to understand the processes involved in the struggle for the establishment of the Transit House, exploring the movements within this totality, it becomes evident how certain hegemonic practices operate in urban planning. The study also observed the potentialities of an insurgent process against hegemonic thinking, highlighting the territorialization at stake in the construction of the transit house and engaging with the solidarities that have shaped this place. Regarding the city's production, it was observed that the public authorities in Florianópolis converge with the hegemonic modus operandi, where contemporary capitalist urbanization is characterized by the implementation of neoliberalism, maintaining the power of coloniality. Simultaneously, there is a struggle for the use of territory as a place of life.

Keywords: Insurgent Spatial Practices; Indigenous occupation; Territorialization; Territorial Planning; Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada da Casa de Passagem Goj Ty Sà.....	35
Figura 2: Ato em defesa da Casa de Passagem e contra a violência policial	37
Figura 3: Ato contra o marco temporal em Florianópolis, 30/07/2021	38
Figura 4: Faixas referente ao ato contra o marco temporal, 30/05/2023	38
Figura 5: Zoneamento do Plano Diretor de 2014 no bairro Saco dos Limões e entorno	40
Figura 6: Casa de Passagem em relação ao zoneamento do Plano Diretor na área de análise.	43
Figura 7: Mapeamento da área concedida para construção da Casa de Passagem.....	44
Figura 8: Projeto de melhorias na infraestrutura interna	45
Figura 9: Projeto dos módulos para a construção ao lado do terminal.....	46
Figura 10: Projeto Casa de Passagem e centro comunitário.....	47
Figura 11: Recorte esquemático do projeto	47
Figura 12: Momento de confecção do grafite no topo da Casa de Passagem	48
Figura 13: Encontro referente ao ato contra o marco temporal, 30/05/2023.....	52
Figura 14: Grafite feito dentro da Casa de Passagem com a frase “o amanhã não está à venda”, de Ailton Krenak	53
Figura 15: Feira de artesanato Kaingang.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Insurgências em Florianópolis e respectivos graus 32

Tabela 2: Caracterização de práticas espaciais insurgentes em relação ao referencial teórico 49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Área comunitária institucional
AMC	Área comercial mista
AMS	Área comercial de serviço
AMOCAM	Associação de Moradores do Campeche
AMOSAC	Associação de Moradores do Saco dos Limões
APL	Área de preservação com uso limitado
APP	Área de preservação permanente
APT	Área de parque tecnológico
ARC	Área residencial rural
ARM	Área residencial mista
ARP	Área residencial permanente
ARR	Área residencial rural
ATL	Área turística de lazer
ATR	Área turística residencial
AUE	Área de urbanização especial
AVL	Área verde de lazer
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMDH	Instituto Memória e Direitos Humanos
IPUF	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
PACUCA	Parque Cultural do Campeche
PDAMF	Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis
PEI	Prática Espacial Insurgente
TTC	Termo territorial coletivo
TISAC	Terminal de Integração do Saco dos Limões
UFSC	Universidade Federal De Santa Catarina
ZEIS	Zona especial de interesse social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CONTEXTO HISTÓRICO	25
1.1 USO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO: HEGEMONIA NO PLANEJAMENTO URBANO.....	27
1.2 USO DO TERRITÓRIO COMO ABRIGO: INSURGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES URBANAS.....	30
2 A OCUPAÇÃO QUE SE TORNOU A CASA DE PASSAGEM GOJ TY SÀ.....	34
3 QUESTÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO URBANO.....	39
3.1 PROCESSOS LEGAIS: MAPEAMENTO DA ÁREA CONCEDIDA	42
3.2 PROJETOS EM PAUTA.....	45
4 A TERRITORIALIZAÇÃO DA CASA DE PASSAGEM ENQUANTO PRÁTICA ESPACIAL INSURGENTE	48
4.1 A TERRITORIALIDADE E A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO/MPF	65

INTRODUÇÃO

Florianópolis é um lugar que sofre uma urbanização intensa, caracterizada por diversos atores que usam o território com diferentes finalidades. Nessa trama social, a lógica da especulação imobiliária tem sido imperativa quando se tratando das prioridades do planejamento urbano. Esse movimento explicita que Florianópolis faz parte de um processo de globalização neoliberal. Nesse sentido, observa-se que sob a hegemonia do capital financeiro e rentista, o território, mais do que um meio de produção, torna-se uma poderosa reserva de valor (Rolnik, 2019), o que estabelece uma nova relação com o capital e mantém o velho problema do acesso à terra.

A partir desse contexto de cidade, o planejamento urbano mostra-se seletivo e não integra a população na tomada de decisões acerca do destino dos usos da cidade, o que pode ser considerado uma forma de violência. Observamos como essa violência continua sendo reproduzida contra os sujeitos indígenas que ficam à margem das questões urbanas e suas políticas públicas (Dill, Wiese, 2021). Contudo, há grupos, movimentos sociais e coletivos que se organizam para ações que vão contra a hegemonia, práticas que reivindicam por si só outra forma de uso do território. Sendo estes movimentos criados para além do Estado, em um contexto no qual a lei não contempla as necessidades populares, as ações desses grupos possuem um potencial transformador para um urbanismo mais humano (Miraftab, 2016). Ocupações urbanas, reivindicações comunitárias, coletivos culturais, apropriações do espaço das mais diversas formas podem se caracterizar como práticas espaciais insurgentes, ações de ativa resistência contra diversos tipos de opressão (Souza, 2017). E, quando nasce uma ocupação urbana para fins habitacionais, observam-se tentativas de despejos por parte do poder público, ainda que os instrumentos contidos na Lei nº 10.257/01 (Brasil, 2001) do estatuto da cidade, que prevê a função social da cidade e da propriedade, sejam usados em sua defesa. Compreendemos que, para além do acesso aos direitos fundamentais, faz parte do direito pleno à cidade comandar o processo urbano.

Este tipo de tensão é percebido na constituição da Casa de Passagem Indígena Goj Ty Sà, antes um terminal de ônibus abandonado no bairro do Saco dos Limões (Terminal de Integração do Saco dos Limões – TISAC). Em 2016, famílias Kaingang dos três estados do Sul do Brasil iniciaram o processo de ocupação do antigo terminal. Já em 2017, através da organização política e enfrentamento articulado dos movimentos sociais, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) apoiado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), determinou que as famílias poderiam continuar

alojadas no local em condições dignas com o apoio das leis do Estado. Em 2018, a justiça determinou que a Casa de Passagem Indígena fosse construída em terreno ocioso ao lado do TISAC. A Casa de Passagem é uma pauta que está em jogo, um lugar de disputa, que acima de tudo é um local de apoio e estadia para os sujeitos indígenas que circulam por diferentes territórios.

A União, Funai e a Prefeitura Municipal de Florianópolis foram responsabilizadas por manter as famílias em condições razoáveis no terminal até que a Casa fosse construída. Entretanto, pouco foi feito a respeito e os moradores do local sofreram com tentativas de despejo e realojamento para lugares impróprios. Sendo sustentado pela força coletiva, organizativa e de solidariedade que esse lugar conseguiu resistir, constituindo uma nova territorialidade ao longo desse processo.

A metodologia para a realização desta monografia parte da análise qualitativa dos processos que envolvem o estudo de caso, sendo este a ocupação da Casa de Passagem Goj Ty Sã. Para esta investigação, utilizamos como método uma ampla revisão bibliográfica que busca compreender o objeto de estudo através de diferentes teorias. Constatando que os eventos estão no próprio cerne da interpretação geográfica dos fenômenos (Santos, 1996), é de suma importância compreender o contexto socioterritorial (conjuntura política em disputa pelo uso do território) e as razões da insurgência (Souza, 2017). Para isso, também foi importante investigar a territorialidade e a ressignificação do lugar (Souza, 2017). Neste trabalho, partimos da perspectiva de que os estudos de planejamento territorial e a problemática urbana devem partir das lutas populares e conflitos ocorrendo no território (Maricato, 2015; Souza 2019; Pereira, Boppré 2022). O trabalho articula-se com as pesquisas do Laboratório Cidade e Sociedade (LabCS) do departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pois alinha-se ao estudo das práticas espaciais insurgentes em Florianópolis.

Além da revisão bibliográfica, os métodos para análise dos processos acerca das ocupações urbanas partem do trabalho de campo e prático no envolvimento dos movimentos sociais e luta das ocupações urbanas. A partir de encontros, atos, rodas de conversas e mutirões foi possível dar importância às questões que emergem dos conflitos relacionados à ocupação da cidade. Assim, antes mesmo de iniciar a pesquisa, foi fundamental estar presente nos eventos que ocorriam na Casa de Passagem, tanto para a compreensão dos processos na prática quanto para apoiar os movimentos que estavam ocorrendo. Sendo assim, a participação nos atos que reivindicaram os direitos da comunidade da Casa de Passagem foi fundamental para a realização desta pesquisa, assim como a participação em audiências

públicas relacionadas aos direitos das ocupações urbanas e à Casa de Passagem Goj Ty Sá. Além disso, estar em articulação aos movimentos sociais e lideranças como durante as diversas conversas que foram realizadas com Sadrak Lopes, liderança Kaingang em Santa Catarina e Presidente da comissão da Casa de Passagem, foi indispensável para a execução deste trabalho. Os documentos aqui analisados foram requisitados para a assessoria jurídica da Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e algumas questões concernentes ao trabalho foram respondidas pelas integrantes da Coletiva Bem Viver, que tem apoiado a Casa de Passagem desde o início de sua ocupação nas questões jurídicas e como importante rede de apoio. Informações acerca de alguns eventos específicos foram resgatadas através de reportagens realizadas entre o período de 2016 e 2023. Desta forma, não foram realizadas novas entrevistas e as falas utilizadas nesse trabalho foram retiradas de reportagens devidamente referenciadas. Outros recursos foram utilizados de forma complementar, como registros de rodas de conversas e oficinas. Cabe destacar que as informações obtidas na roda de conversa “Goj Ty Sá (Casa de Passagem indígena/Florianópolis) e o direito ao território e à territorialidade” durante o II Encontro de Memória e Direitos Humanos, organizado pelo Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH) da UFSC, realizado nos dias 07 e 08 de dezembro de 2022, foram primordiais.

O objetivo principal desta pesquisa foi o de analisar os processos que envolvem a ocupação da Casa de Passagem Indígena no bairro Saco dos Limões, que, diante do pensamento hegemônico em Florianópolis pode ser caracterizada como uma prática insurgente. Os objetivos específicos da pesquisa foram:

- a) Proporcionar uma análise crítica do processo de ocupação da Casa de Passagem Goj Ty Sá;
- b) Analisar as práticas espaciais hegemônicas em Florianópolis, relacionando com os processos que afetam a Casa de Passagem;
- c) Mapear as instâncias relacionadas ao planejamento territorial em torno da Casa de Passagem;
- d) Caracterizar a Casa de Passagem enquanto uma prática espacial insurgente, investigando o processo de territorialização;
- e) Reconhecer a territorialidade vigente e a constituição do lugar.

A partir disso, o trabalho investigou sobre como se deu essa ocupação na Casa de Passagem, relacionando-a ao planejamento urbano. Para tanto, foi resgatado um breve contexto histórico que relaciona o colonialismo com as questões atuais do planejamento urbano e direito à cidade. Quais problemas as famílias estão enfrentando? Como esse

processo se relaciona com a totalidade da dinâmica territorial de Florianópolis? Como se constitui esse lugar? O primeiro capítulo deste trabalho busca responder esses questionamentos.

Para a realização da pesquisa, alguns conceitos foram fundamentais: Práticas espaciais insurgentes e Práticas espaciais hegemônicas; Território, Territorialidade e Territorialização; Uso do território como abrigo e como recurso e Descolonialidade. A seguir, teceremos algumas considerações sobre esses conceitos.

A tradição do conceito de insurgência para a discussão do planejamento urbano vem de “insurgência cidadã” (*insurgent citizenship*), iniciada por James Holston (2008). O antropólogo analisou em seu livro como as periferias brasileiras eram consideradas lugares ilegais e como os cidadãos lidam com tais injustiças. Posteriormente o conceito foi operacionalizado para o planejamento territorial por Sandercock e Bridgman (1999), Friedmann (2011), Miraftab e Wills (2005), Purcell (2009), Randolph (2014), Souza (2017), entre outros. As teorias convergem quando se diz respeito à contestação da ordem hegemônica, propondo alternativas. Segundo Mark Purcell (2009), em um cenário *neoliberalizante* das políticas públicas, as propostas contra-hegemônicas que insurgem dos grupos são mais efetivas para transformar o planejamento do que a inclusão representativa, visto que a classe dominante hegemônica, através do poder estatal-empresarial, impõe sua lógica sobre o território, onde a tensão entre as classes sociais se manifesta nas diversas instâncias sociais e sobretudo em como as cidades vão funcionar.

A hegemonia, entendida como reprodutora da colonialidade, controla os meios de produção cada vez mais em escala global (Santos, 2000). Assim, não podemos cair no reducionismo de compreender que o poder é determinado apenas pelo estado-nacional, uma vez que a formação social também é influenciada por agentes hegemônicos transnacionais, nos quais o neoliberalismo impõe seu funcionamento, incessantemente dominando as redes técnicas e financeiras a nível global, impondo não só um pensamento único de comportamentos padronizados, mas também uma única lógica temporal e espacial. Compreendendo que a hegemonia está intrinsecamente ligada ao processo de urbanização, este é usado pelo capital para seu funcionamento (Santos, 2000). A definição com a qual convergimos para o conceito de hegemonia encontra-se em Giovanni Arrighi:

Hegemonia é o poder adicional que advém a um grupo dominante em virtude de sua capacidade de guiar a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupos subordinados como a serviço de interesses mais gerais (Arrighi, 2008, p. 159).

Para Milton Santos (2008), o conceito de hegemonia refere-se ao domínio normativo e estrutural de determinados grupos sobre outros, o que ocasiona a manifestação de desigualdades socioespaciais e implica em uma lógica imperativa no processo de urbanização que está articulado à globalização. Observa-se que a hegemonia é operada em Florianópolis a partir de determinados agentes que vão atuar sob o território da cidade a partir do *modus operandi* dominante. Desta forma, buscamos analisar processos que afetam a Casa de Passagem Goj Ty Sà e que podem ser considerados práticas espaciais hegemônicas.

Em oposição à lógica hegemônica, Miraftab (2016) afirma que existe “a necessidade de uma nova consciência que libere as imaginações do planejamento. Isso requer descolonizar a imaginação do planejamento questionando suas assumpções hegemônicas” (Miraftab, 2016, p. 373). É importante compreender que há uma reprodução do discurso discriminatório de populações marginalizadas, o que normaliza um estigma territorial dos lugares em detrimento a seus elementos culturais e econômicos (Rolnik, 2019). Essa violência territorial influencia a atuação dos agentes hegemônicos, o que leva, por exemplo, ao uso de repressão policial em despejos de ocupações urbanas. Portanto, a subversão dessa lógica potencializa um movimento contra o colonialismo interno nas sociedades capitalistas (Randolph, 2014) e desestabiliza as relações de dominação quando o povo determina por si próprio a participação de forma contra-hegemônica (Miraftab, 2016).

Quando grupos se manifestam e usam o território de forma contrária a lógica hegemônica, essas ações são caracterizadas como práticas espaciais insurgentes. Ações diretas que vão usar o território com um certo grau de auto-organização socioespacial e vão se opor à isonomia representada pelo estado capitalista (Souza, 2017) ao mesmo tempo que trazem a potência do lugar enquanto berço da política e do acontecer solidário (Santos, 2008). Assim, as ocupações urbanas apresentam um alto grau de insurgência (Pereira, Boppré, 2022), visto que elas reivindicam o território de uma forma mais total em relação à apropriação espacial. A respeito dessas insurgências, Marcelo Lopes de Souza (2019) afirma que

Práticas diretas nas quais a dimensão espacial é muito forte e, de certo modo, definidora de estratégias e identidades. Em meio a processos de territorialização, relações sociais (re)articulam-se, vinculadas à uma tentativa de resistir às forças e aos efeitos desagregadores do capitalismo [...] (Souza, 2017, p. 120).

Embora Milton Santos (2000) não tenha abordado diretamente o conceito de insurgência, pode-se traçar um paralelo com o que o autor pontua como insurreição e contraracionalidades frente à hegemonia. Ao discorrer sobre como os indivíduos marginalizados

pelo sistema dominante, coloca a possibilidade de oposição à lógica hegemônica, o autor afirma:

Essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa (Santos, 2000, p. 56).

Em relação ao debate sobre a dimensão do território, nossa pesquisa buscou utilizar o conceito de uso do território elaborado por Milton Santos e os conceitos de territorialização e territorialidade, atrelados às questões de disputa política e culturais. Compreendendo as divergências conceituais nestes conceitos acerca do território, contudo, buscou-se utilizar os diversos conceitos como complementares encontrando possíveis convergências. Dessa forma, entende-se o território com três dimensões principais: político-jurídica, econômica e cultural simbólico (Haesbaert, 1997), e compreende-se que as territorialidades estão submetidas ao conflito por apresentarem pontos de tensão dentro da multiterritorialidade (Haesbaert, 2004). Em outras palavras, apaga-se a cultura e organização das demais comunidades em detrimento de uma dominação territorial que obedeça ao funcionamento do capital. Assim, devemos analisar os agentes desses processos e como está sendo efetuado o uso do território, quais são as finalidades dessas ações. A formação social brasileira é caracterizada pela sua conjuntura neoliberal, uma sociedade dividida em classes com um passado colonial que ainda lhe perturba.

O conceito de territorialidade deve ser entendido através do processo de territorialização, este que é formador dos territórios. Assim, a territorialidade se apresenta em um conjunto indissociável de sua natureza material e simbólico-cultural (Haesbaert, 2002). Desta forma, de acordo com Porto-Gonçalves (2017),

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade por meio de processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (Porto-Gonçalves, 2017, p. 43).

Já a territorialidade é o sentido que é atribuído culturalmente e os recursos concretos que circulam nessas redes. Como aponta Robert Sack (1986) ao pensar a historicidade do território:

A territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo (Sack, 1986, p. 5).

Em uma territorialização de insurgência, observa-se com frequência a violência por parte do estado em controlar ou impedir a realização dessas ocupações. Esta violência é realizada através de repressão policial ou bloqueio de recursos. Consequentemente, esses lugares se tornam territórios de resistência, uma vez que são forçados a resistir a esses ataques e construir o novo. De acordo com o teórico uruguaio Raul Zibechi,

En los territorios en resistencia de los movimientos, la trama que compone el tapiz del mundo otro son las relaciones sociales que hacen posibles el aprendizaje, la curación y la producción, sin reproducir los moldes del sistema. Esas mismas relaciones forman parte del clima emancipatorio que propicia –en cada movimiento y en cada territorio con sus propios tiempos y modos de andar–, la construcción del mundo nuevo (Zibechi, 2007, p. 58).

Há um par dialético conflituoso entre o uso do território como abrigo e como recurso. Estes conceitos foram cunhados por Jean Gottmann e atualizados por Milton Santos (1996). As organizações hegemônicas, através do meio técnico-científico-informacional, usam o território como recurso de forma hierárquica e vertical, em uma lógica de privatização dos recursos que acaba por fragmentar o território (Santos, 2006).

Já nas relações do território como abrigo, é a apropriação do território como espaço vivido, no sentido de exercer os modos de vida, de existir. O uso do território está ligado às dinâmicas específicas de cada lugar. Milton Santos (2008) define “lugar” como o espaço onde ocorrem interações e conexões entre pessoas e elementos do ambiente. Essas interações solidárias formam relações que, por sua vez, moldam a forma como o território é usado. (Souza, 2005; Santos, 2008). Essas solidariedades, ou seja, as relações entre as pessoas em um local, desempenham um papel fundamental na definição dos usos do território e na criação de diversos tipos de valores, como valores culturais, antropológicos, econômicos e sociais.

A perspectiva acerca da Descolonialidade é indispensável para esta pesquisa. Concordamos com a perspectiva de Grosfoguel (2008) quando o autor afirma que a “continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, ainda são produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno-colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126). Neste mesmo sentido, Quijano (2000) aponta a necessidade da “socialização do poder” a partir de formas de existência que visem os conflitos locais e globais em prol de coletividades de autoridade pública, não-

estatais e não-hierárquicas (Quijano, 2005; Grosfoguel, 2008). Estes apontamentos convergem com a perspectiva de Casé Angatu Xukuru Tupinambá, que afirma:

Procuramos fortalecer os caminhos da decolonialidade (fim da dominação das imposições externas) a partir de nossos saberes, linguagens e vivências como forma de também fortalecer a resistência e (re)existência indígena e de todos que lutam “por um mundo onde caibam vários mundos” e de respeito à Natureza Sagrada (Angatu, 2021, p. 62).

O caráter indissociável da relação entre o moderno e o colonial resulta do fato de que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade (Quijano, 2005). Assim, com a pretensão de explicitar o caráter dos privilégios da ordem social vigente, partimos da visão que, para reconstituir os danos causados pelas feridas coloniais, é necessário compreender não apenas os subalternos, que insurgem, mas também as posicionalidades hegemônicas (Núñez, 2022). Assim, partimos da perspectiva de Geni Núñez (2022): “reafirmamos que todo o território de Pindorama (conhecido como Brasil) e de Abya Ayala (conhecida como Américas) é terra indígena, somos filhos da terra e indígenas onde quer que estejamos” (Núñez, 2022, p. 6).

As determinações da autora Geni Núñez entram em confluência com as palavras de Casé Angatu Xukuru Tupinambá ao pontuar que a autonomia não deve ser pensada a partir do direito à propriedade, já que o direito originário de sermos a própria natureza precede o da propriedade privada (Angatu, 2021). Como Carlos Walter Porto-Gonçalves aponta:

Mais que multiculturalismo, como certa narrativa pós-moderna quer sugerir, é a interculturalidade que vem sendo sugerida “*desde abajo*” quando os grupos/classes sociais em situação de subalternização reivindicam a ruptura das relações de dominação/exploração que acompanham o sistema-mundo capitalista moderno-colonial e que impedem o verdadeiro diálogo entre as culturas/os povos (Porto-Gonçalves, 2017, p. 45).

Assim, fazendo uso desses conceitos e objetivando responder aos questionamentos propostos, este trabalho divide-se em quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, será abordado o contexto histórico da ocupação urbana em Florianópolis, relacionando o uso do território como recurso à hegemonia do planejamento urbano e diferenciando-o do uso do território como abrigo, conectado à insurgência das ocupações. No segundo capítulo, será analisada a trajetória da ocupação que se tornou a Casa de Passagem Goj Ty Sá. Já no terceiro capítulo, serão tratadas as questões acerca do planejamento urbano relacionadas à Casa de Passagem, compreendendo desde os processos legais e do mapeamento da área concedida até os projetos de construção da Casa, que seguem em pauta. No quarto e último capítulo, versaremos sobre a territorialização da Casa de Passagem como

prática espacial insurgente. Assim, este trabalho busca compreender os processos a partir de um paradigma descolonial pautado no apoio entre as comunidades, traçando aproximações entre os diversos conceitos utilizados por uma análise plural do estudo de caso.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

Antes que os primeiros colonizadores açorianos chegassem ao vilarejo de Nossa Senhora do Desterro, em 1748, e os navegadores europeus explorassem a fundo o litoral Sul do Brasil, uma grande população habitava a região, com diversas culturas, línguas e modos de vida. Alguns dos grupos indígenas que ocupavam a região de Santa Catarina incluíam os Guarani, Kaingang e Xokleng (ou Laklãnõ). De acordo com o historiador e antropólogo Silvio Coelho dos Santos (Santos, Nacke, 2003), o território que ocupavam não tinha contornos bem definidos, e as rotas de deslocamento eram frequentadas de acordo com o seu potencial em suprir as necessidades de cada grupo.

Grande parte da história indígena foi afetada pela colonização, resultando em impactos significativos nas comunidades e nas suas tradições. No caso dos povos Kaingang, a história deve ser compreendida a partir de um passado de abundância para um presente de escassez, ou do *Vãsi* para o *Uri* (Tommasino; Almeida, 2014). O apagamento histórico é um dos mecanismos do colonialismo para reproduzir a ordem, sendo este um dos três grandes crimes contra essas populações, tipificados como: o genocídio, o etnocídio e o memoricídio (Rampinelli, 2013). Ou seja, a invisibilidade histórica é parte de um projeto colonial que visa a eliminação do patrimônio dessas populações. Nesse sentido, de acordo com Frantz Fanon (1968),

O domínio colonial, porque total e simplificador, logo fez com que se desarticulasse de modo espetacular a existência cultural do povo subjugado. A negação da realidade nacional, as novas relações jurídicas introduzidas pela potência ocupante, o lançamento à periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas, seus costumes, a usurpação, a escravização sistematizada dos homens e das mulheres tornam possível essa obliteração cultural (Fanon, 1968, p. 197).

Florianópolis possui muitas influências das culturas indígenas. As comunidades, com muita resistência, seguem lutando pelo direito ao território. Isto é de fundamental importância para se pensar o direito à cidade no planejamento territorial.

Em uma conjuntura na qual a lógica colonial expansionista da coroa portuguesa estava sendo instaurada no Brasil, pouco a pouco, a região sul do Brasil foi sendo colonizada. Em 1673, o bandeirante Francisco Dias Velho Monteiro fundou Nossa Senhora de Desterro. A colonização das terras de Santa Catarina iniciou conjuntamente com sua família, jesuítas e mais de quinhentos indígenas escravizados (Vianna, 2005). Geograficamente, pode-se afirmar que as cidades no litoral foram fundadas através da lógica mercantilista operada pela

centralidade do Império português. Tal estrutura incentivava as classes dominantes locais a usarem o território de forma alinhada aos seus interesses individuais.

Vale ressaltar a influência da primeira natureza na formação socioespacial da ilha. O atual distrito central de Florianópolis foi inicialmente constituído por José Pires Monteiro, filho de Dias Velho, por ser a região mais próxima do continente para viagens marítimas, estabelecendo um porto. O solo da ilha, por ter uma composição rica em quartzo e ser mais ácido em algumas localidades, pode ter dificultado a produção agrícola, assim como a presença de morros, dunas e manguezais.

A ilha passou a ser um local estratégico para a disseminação colonial no resto do território. Antes subordinada à Laguna, a partir de 1726 Nossa Senhora de Desterro é desmembrada desta e, posteriormente, com uma operação militar, passa a ser a capital da capitania, embrião do atual estado de Santa Catarina (Naspolini, 2019). O primeiro governador, Brigadeiro José da Silva Paes, instaurou uma política de proteção ao território, construindo fortalezas nas entradas norte e sul da ilha, a Igreja central e a Casa do Governo. Foi durante esse governo que se iniciaram os planos de ocupação e habitação na ilha, sendo a partir de então incentivada a vinda de casais imigrantes portugueses, principalmente das ilhas dos Açores, com a promessa de receberem lotes de terras para moradia e produção agrícola. Esse planejamento espacial esclarece a divisão territorial inicial, com a predominância de ocupação do solo para fins de agricultura, o que resultou na retirada de grande parte da vegetação nativa da ilha.

A dominação das terras e distribuição de terras públicas a particulares aprofundou-se a partir da República. De acordo com Nazareno Campos (2002) “[...] a transferência de terras públicas a particulares na Ilha de Santa Catarina, e a conseqüente especulação (da parte de comerciantes, políticos, membros influentes da sociedade) ocorria desde o período Imperial. É aprofundada com a República” (Campos, 2002, p. 125).

Somente no século XX é que Florianópolis passa a estar dentro da ordem de produção capitalista, refletindo as transformações político-econômicas nacionais. A urbanização pós-década de 1960 aprofunda o processo de especulação. Segundo Rizzo (1999), quando a urbanização passa a se expandir, a especulação muda as relações de posse da terra. A urbanização tem sido o fator imperativo nas alterações legais do regime de propriedade e uso da terra, solidificando o processo de regularização na forma de propriedade privada nos moldes da legislação vigente.

Na medida em que Florianópolis insere-se no mundo capitalista, a colonialidade continua impondo seu *modus operandi*, perpetuando a opressão, a alienação e a

marginalização das pessoas, mantendo um sistema de inferiorização baseado na raça, cultura e identidade (Fanon, 1968), resultando em uma lógica de poder imposta aos lugares através da hegemonia que atravessa os diversos modos de existência, na tentativa de negatizar as possibilidades que não sejam a da monocultura colonial (Núñez, 2021; Shiva, 2003; Porto-Gonçalves, 2017).

A questão indígena ganha força enquanto movimento social a partir da década de 1990, com o levante das etnias pelo direito à diferença e autodeterminação dos povos. O reconhecimento do pluralismo étnico e cultural feito por diversos estados em razão da atuação do movimento indígena, trouxe um novo paradigma para os direitos indígenas em relação à autonomia territorial.

A nível nacional, há um *boom* do financiamento habitacional privado nas últimas décadas, onde a separação entre governo e o capital imobiliário se torna estreita, acarretando o cenário de especulação imobiliária que encaramos atualmente (Maricato, 2015), sendo este um movimento neoliberal que acompanha a globalização e impõe a desregulamentação e a privatização dos serviços públicos, conjuntura esta que cria articulações impedidoras de um planejamento territorial popular. Isto se reflete em território florianopolitano de forma agressiva.

1.1 USO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO: HEGEMONIA NO PLANEJAMENTO URBANO

“É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida”.

(Milton Santos, 1994, p. 255).

Em 1951, o planejamento urbano em Florianópolis foi elaborado por urbanistas de Porto Alegre, influenciados pela metodologia modernista (Pereira, 2008). Em 1954, o projeto foi aprovado. Este planejamento previa o centro insular, focado no comércio e residência, enquanto no continente prevaleceria uma zona industrial com um porto. Esse tipo de zoneamento tem um caráter funcionalista, no qual se cria uma hierarquização das vias, nos fixos que seria de interesse do planejamento (como a rodoviária, o campus universitário e a estação marítima). Este plano não foi aplicado em sua totalidade, mas foi referência para o

plano posteriormente elaborado por Luiz Felipe Gama d'Eça em 1969. Denominado Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF), este foi baseado na carta de Atenas¹, assim como o anterior, e no pensamento do arquiteto Le Corbusier². Entretanto, diferente do anterior, o plano de Gama d'Eça tinha um caráter regional, abrangendo 20 municípios. Após a aprovação do plano de Gama d'Eça, aprovado apenas para a área central e continental do município de Florianópolis, em 1977, foi criado o Instituto de Planejamento de Florianópolis (IPUF). Esse órgão de planejamento estava previsto no plano aprovado em 1976, que ficou em vigor até 1997, quando houve a elaboração de um novo Plano Diretor.

Na virada do século, o urbanismo modernista tecnocrata foi colocado em xeque diante da urbanização desenfreada, a destruição ambiental e cultural que o povo sentia em Florianópolis. Com a mudança de paradigma proporcionada pela implementação da Lei nº 10.257/01 (Brasil, 2001), o planejamento passa por um processo de participação popular em oposição ao planejamento tecnocrático, de inspiração modernista,

Agora, a expectativa dos atores que participam do atual processo de planejamento em Florianópolis é que o projeto resulte do debate público, a partir da contribuição de saberes, informações ou competências de todos os participantes envolvidos, políticos, autoridades econômicas, habitantes e técnicos (Pereira, 2008, p. 115).

Cabe aqui compreender o planejamento modernista em Florianópolis como uma prática hegemônica, que se caracteriza como hierárquica e cumpre objetivos do capital também na lógica da compartimentação, de um mundo colonial dividido (Fanon, 1968). Em contraponto, o planejamento participativo parte do que é socialmente pactuado, compreendendo o conflito como importante ponto de análise para planejar a *cidade real* (Maricato, 2013), onde todas as partes importam para a construção dela. De acordo com a autora,

O planejamento urbano modernista funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica, contribuiu para a consolidação de sociedades desiguais ao ocultar a cidade real e preservar condições para a formação de

¹ A Carta de Atenas, documento resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em 1933, é um manifesto urbanístico assinado pelo arquiteto Le Corbusier. Este documento define o conceito de urbanismo moderno, estabelecendo diretrizes para o planejamento urbano que poderia ser aplicado internacionalmente. Enfatizando a cidade como um organismo funcional, preconiza a separação de áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo uma cidade com edifícios altos integrados a áreas verdes, resultando em menor densidade em comparação às cidades tradicionais.

² Charles-Édouard Jeanneret-Gris (1887-1965), mais conhecido como Le Corbusier, foi um arquiteto e urbanista suíço-francês, notório por suas contribuições para a arquitetura moderna e urbanismo. Foi uma figura central no movimento modernista da arquitetura do século XX e suas ideias influenciaram significativamente o desenvolvimento do urbanismo e da arquitetura moderna.

um mercado imobiliário especulativo e restrito a uma minoria (Maricato, 2015, p. 87)

Desde então, observamos o contínuo embate ideológico entre as forças sociais que lutam pelo uso do território. No processo de revisão do Plano Diretor aprovado em 2023, que novamente possui diretrizes liberais e antipopulares, os atores hegemônicos usam da antiga lógica e discurso que afirma que o planejamento deve estar apenas nas mãos dos técnicos e empresariais, sem o consenso da população. Esta mesma lógica que se aplica em dimensões interescares, compreendendo como o global adentra as diferentes instâncias, sendo aplicada constantemente pelo estado nacional e demais células do estado.

Para quem vive em Florianópolis há pelo menos uma década, é possível observar a forte urbanização que a cidade vem sofrendo. As novas infraestruturas instaladas são feitas de forma seletiva para cumprir com interesses que não são da maioria da população. Florianópolis possui uma supervalorização imobiliária, causa e consequência de um processo de urbanização liberal, capitaneado pelo poder empresarial. O outro lado da moeda é um processo de exclusão social, levando a um déficit habitacional que, de acordo com o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (Florianópolis, 2012), atingia cerca de 25% das famílias com baixa renda. Isto acontece ao mesmo tempo que é vendida, por meio de narrativas midiáticas, a imagem de uma ilha ausente de problemas sociais (Lenzi, 2016). Compreendendo que o uso corporativo do território é a lógica dos agentes globais (Santos, 2000), observa-se esse comportamento na articulação de empresas e instituições públicas e privadas. Essa forma de uso do território é violenta por diversos motivos, visto que o processo de urbanização em si é mediado por interesses privados e não pelas necessidades sociais, fazendo com que cada vez mais a cidade se privatize, fragmentando o território (Santos, 2000).

Embora a mídia tente vender uma imagem da ilha como sendo um lugar de altíssima qualidade de vida, a realidade para boa parte dos moradores é cada vez mais desigual e precarizada, havendo uma tensão na disputa de uso desse território, pois a cidade que a maioria dos moradores necessita, muitas vezes constitui-se de forma oposta aos interesses hegemônicos. Esses estão interessados em aumentar o “valor de troca” em detrimento a qualquer “valor de uso” das instalações urbanas (Randolph, 2014). A hegemonia também se dá na forma como o planejamento urbano é operacionalizado pelo poder público, promovendo uma determinada lógica. Segundo Maricato (2015),

Deve-se pensar nas três linhas de orientação do investimento público urbano:
a) aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário, cujo motor é a

valorização imobiliária b) aquela definida pelo marketing urbano, cujo motor é a visibilidade; e c) aquela definida pela relação clientelista, que responde aos interesses eleitorais (Maricato, 2015, p.81).

Hoje, a capital de Santa Catarina encontra-se com uma considerável população carente de infraestruturas. Fica evidente os interesses espaciais dos agentes hegemônicos, pois não há esforços para a construção de habitação social dentro da ilha, retratando o processo de exclusão vigente (Pereira, Boppré, 2022). Em 2012, dos mais de cinquenta empreendimentos “Minha Casa Minha Vida”, apenas dois deles localizavam-se na ilha, e, mesmo assim, nenhum dos dois para a faixa 1 do programa, que enquadra as famílias de mais baixa renda. Compreendendo que a hegemonia opera através das verticalidades da globalização, Maria Inês Sugai (2002) considera que, em Florianópolis, a classe dominante sucedeu em seu projeto, produzindo bairros e uma urbanização segregadora que mantém as classes populares no continente e torna hegemônico seu projeto de cidade excludente. Sobre o problema deste *modus operandi* capitalista, Kowarick (1979) acrescenta:

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária (Kowarick, 1979, p. 82).

1.2 USO DO TERRITÓRIO COMO ABRIGO: INSURGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES URBANAS

Por um lado, a cidade, e os lugares em geral, são implicados pelo sistema técnico que muitas vezes acaba por ser o intermédio dos agentes hegemônicos ao dominarem a tecnosfera. Por outro, a população que vive o território como quadro de vida, possui uma riqueza cultural e comunicacional imensa, (re)criando formas de existência para sua integridade. Zibechi (2007) aponta que os territórios que estão em resistência contra a hegemonia são capazes de criar relações que não reproduzem o *modus operandi*:

En los territorios en resistencia de los movimientos, la trama que compone el tapiz del mundo otro son las relaciones sociales que hacen posibles el aprendizaje, la curación y la producción, sin reproducir los moldes del sistema. Esas mismas relaciones forman parte del clima emancipatorio que propicia –en cada movimiento y en cada territorio con sus propios tiempos y modos de andar–, la construcción del mundo nuevo (Zibechi, 2007, p. 58).

Observa-se nos lugares uma tensão contínua, onde a hegemonia utiliza diversos mecanismos de dominação para explorar o território como mero recurso, consequentemente

reificando³ a população. Com os sujeitos alheios à maneira como a cidade vai operar, tornam-se subalternos à lógica capitalista e colonialista, sendo obrigados a enfrentar um sistema de opressões nos mais diversos ângulos, desde as violências relacionadas às desigualdades socioespaciais como as opressões que atravessam os sujeitos de forma interseccional⁴. A respeito da participação popular, Clóvis Moura aponta que

Quando democratizarmos realmente a sociedade brasileira nas suas relações de produção, quando os polos de poder forem descentralizados através da fragmentação da grande propriedade privada fundiária e o povo puder participar desse poder, [...] finalmente, quando sairmos de uma sociedade selvagem de competição e conflito, e criarmos uma sociedade de planejamento e cooperação, então, teremos aquela democracia racial pela qual todos nós almejamos (Moura, 2014, p. 217).

Frente a essa conjuntura, também são diversas as formas que os coletivos encontram para lidar com determinadas condições de existência. Onde o território é usado como abrigo em situações desiguais, vemos em Florianópolis, por exemplo, moradores sendo forçados a se deslocarem para outros municípios, expulsos por conta do custo habitacional. Segundo o Índice FipeZAP+, o valor do metro quadrado para aluguel em Florianópolis é o terceiro mais caro do país e custa, em média, R\$ 45,77⁵. É importante pontuar como o agravamento do déficit habitacional nos anos 1980 também agravou o problema da ocupação “irregular” (Canella, 2016). Vemos parques públicos e áreas de preservação submetidos à especulação ou higienização, bairros sendo completamente alterados por conta da urbanização sem o consentimento da população. Práticas alheias à legislação vigente que prevê a função social da cidade e da propriedade e a participação pública. É por isso que podemos considerar que “o direito à cidade [...] será dado menos por instituições formais, normas legais de política urbana ou de planejamento urbano, e mais pelas lutas sociais” (Maricato, 2015, p. 97).

Desta forma, deve-se repensar sobre as múltiplas estratégias para usar o território em sua integridade, dando atenção às práticas espaciais que buscam emancipação dos sujeitos. Assim, os coletivos que auto-organizam certas formas de apropriação espacial, como o caso das ocupações urbanas em prol de moradia digna, têm se mostrado uma tática em potencial dos movimentos sociais para garantir a autonomia destes lugares e reivindicar direitos. A

³ Segundo Marx (1996), a reificação ou coisificação é uma forma particular de alienação, característica das sociedades capitalistas que acaba por transformar as relações sociais em relações entre “coisas”. Relações expressas entre objetos de troca.

⁴ A interseccionalidade é um conceito de análise desenvolvido por Kimberlé Crenshaw e compreende que os marcadores sociais que atravessam um indivíduo estão necessariamente relacionados, entendendo que questões como gênero, etnia, raça, localização geográfica ou mesmo idade não são opressões que podem ser vistas de maneira separada, mas que atravessam os sujeitos de maneira sobreposta.

⁵ Estadão Imóveis, 2023. Disponível em: <https://imoveis.estadao.com.br/aluguel/florianopolis-e-a-capital-com-maior-valorizacao-do-aluguel-nos-ultimos-12-meses/>. Acesso em 19 jan. 2024.

tabela a seguir foi elaborada dentro de um projeto de pesquisa do Laboratório Cidade e Sociedade do departamento de Geociências da UFSC. Na tabela, podemos observar alguns casos de insurgências em Florianópolis, com seus devidos graus classificados pelo Laboratório:

Tabela 1: Insurgências em Florianópolis e respectivos graus

Parque de Coqueiros	PACTUAÇÃO HARMONIOSA
Samba de Terreiro	
Batalha da Alfândega	PACTUAÇÃO CONFLITUOSA
Orçamento Legislativo Participativo	INSURGÊNCIA EM ESPAÇOS CONVIDADOS
Bicicletas Brancas	INSURGÊNCIA EM ESPAÇOS INVENTADOS
Plano Alternativo Comunitário do Campeche	
Núcleo Gestor Municipal Autoconvocado	
Revolução dos Baldinhos	
Ponta do Coral	
Ponta do Leal	
Ocupação Contestado	
Ocupação Marielle Franco	

Fonte: Laboratório Cidade e Sociedade, UFSC (2022).

Os graus caracterizados pelo laboratório buscam compreender as práticas em relação ao conflito. Na pactuação harmoniosa, não há confronto, mas acordos e acomodação. Na pactuação conflituosa, há uma tensão e tentativas de negociação, mas não há tentativa de superação do *modus operandi*. Os níveis de insurgência de maior grau, baseado no pensamento de Miraftab (2016), são os que apresentam maior grau de conflito. A insurgência em espaço convidado ocorre em espaços e formas sancionadas pelos grupos dominantes. Já no último grau, a insurgência em espaço inventado, acontece por organizações autônomas e não reconhecidas pelo estado, ou mesmo combatidas pelo Estado, pela mídia e corporações. As ocupações urbanas normalmente entram nessa definição, como é o caso da Casa de Passagem Goj Ty Sà.

Vale ressaltar o caso do Parque Cultural do Campeche (PACUCA), que através da articulação da sociedade civil e da Associação dos Moradores do Campeche (AMOCAM)

foram capazes de garantir um grande terreno para uso comum, que antes da mobilização da comunidade seria vendido para o capital imobiliário, e hoje é usado para diversos fins culturais.

Observa-se que Florianópolis possui um histórico de ocupações urbanas que deve ser compreendido para a análise das dinâmicas territoriais. Canella (2016) classifica as ondas de ocupações urbanas em ciclos: o primeiro ciclo dos sem-teto (1986-1992), as lutas por moradia (1992-2012), a retomada (2012-2016) e o terceiro ciclo da luta por moradia hoje (2018-atual). De acordo com Francisco Canella,

A primeira ocupação organizada aconteceu em julho de 1990, em um terreno público localizado às margens da Via Expressa (via principal de ligação entre a BR-101 e a ponte de acesso à ilha), dando origem à Novo Horizonte. Sob o lema de “ocupar, resistir e construir”, cerca de 100 famílias ocuparam um terreno da Companhia de Habitação (COHAB) (Franzoni, 1993 apud Canella, 2016, p, 273).

Vemos que algumas ocupações tiveram um tempo de vida mais curto, enquanto outras resistem até hoje nas mais variadas formas de organização. Um caso característico foi o caso da Ocupação Amarildo de Souza, iniciada no norte da ilha, mas que teve sua localização alterada forçosamente e sofreu diversos ataques, e hoje encontra-se em outro município da grande Florianópolis, Águas Mornas. Assim como a insurgência da Ponta do Leal, ocupação que resistiu às tentativas de despejo frente ao capital imobiliário, como pontua Clara Rivas (2020):

A ocupação se mostrou como um lugar que se contrapôs às ordens do Estado que pretendia desapropriá-la e que, por meio de formas horizontais de organização e participação; pela ocupação do espaço urbano e resistência à violência, a comunidade revelou os limites e as condições urbanas vividas sob o sistema capitalista. Resistiu ao projeto neoliberal envolto nas estruturas do Estado e se mostrou contrário à precarização da vida nas cidades (Rivas, 2020, p. 14).

Dentro dessa conjuntura neoliberal que pratica esse tipo de dominação, implicando a lógica do despejo, da exclusão e das diversas opressões, a população é obrigada a resistir. E esse processo de resistência ocorre na Casa de Passagem Goj Ty Sà, um lugar que é atravessado tanto por opressões como por solidariedades.

2 A OCUPAÇÃO QUE SE TORNOU A CASA DE PASSAGEM GOJ TY SÀ

“Hoje a nossa caça está na cidade. Porque nas aldeias não existe mais mata, não existe mais caça, os rios estão poluídos, não existe mais peixe. Então hoje a nossa caça está na cidade, para vendermos nossos artesanatos e levarmos alguma coisa para sustentar nossos filhos”.

(Sadrak Lopes, 2022)⁶

Segundo a coordenadora do Movimento Bem Viver, Ingrid Sateré Mawé, a condição indígena é uma realidade que piorou com a situação da pandemia⁷. As famílias, hoje, dependem da venda do artesanato na cidade e, por isso, houve um aumento dos deslocamentos dessas famílias nos territórios. Segundo Elisa Jorge, integrante do Movimento Nacional de Luta por Moradia, um dos fatores que forçou o deslocamento das famílias foi o corte da política pública de cestas básicas nas comunidades indígenas durante o governo Temer (2016-2019). Muitas famílias vieram para Florianópolis e aqueles que não conseguiam pagar aluguel, acabavam dormindo embaixo de viadutos ou na rua. Segundo dados do Censo de 2010 do IBGE (2012) sobre a população do Território Indígena (T.I.) Votouro, em 2005, 1.250 pessoas moravam na T.I., e, em 2010, esse número baixou para 956. García (2017) aponta que o deslocamento é um costume de longa data, e que Florianópolis pode ser considerada uma “zona de contato”. De acordo com a autora,

o centro da cidade de Florianópolis como uma “zona de contato”, isto é, — um espaço social onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam umas nas outras, com frequência, em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação (Pratt, 1999, p. 26 apud García, 2017, p. 1).

A migração para as cidades litorâneas de Santa Catarina, especialmente para Florianópolis, tornou-se mais frequente para os povos Kaingang, Laklãnõ-Xokleng e Guarani. A falta de políticas públicas adequadas que garantem a autonomia e proteção das terras, em âmbito social e ecológico, forçou essas famílias a se deslocarem e a viverem em condições precárias na cidade.

⁶ Disponível em:

https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/prefeito_gean_loureiro_casa_de_passagem_indigena_de_florianopolis_ja/. Acesso em 19 jan. 2024.

⁷ A fala ocorreu em audiência pública sobre a Casa de Passagem realizada em fevereiro de 2022.

Diante dessa situação adversa, há uma luta histórica que dura cerca de 20 anos (Barbosa, 2022), que tem como objetivo principal o de conseguir um local digno para abrigar as famílias indígenas durante sua estadia na capital catarinense. Em 2016, algumas famílias iniciaram a ocupação no antigo terminal de ônibus (TISAC), que estava abandonado pela prefeitura desde 2005. Através de organização e articulação com outros coletivos e movimentos sociais, travaram uma luta institucional pela Casa de Passagem. Esse processo de reivindicação indígena chegou ao Ministério Público Federal em 2016, culminando em uma sentença favorável em 2018, que firmava em um termo de compromisso (ANEXO A) a obrigatoriedade de construção da Casa de Passagem financiada pelos órgãos responsáveis. Essa decisão significou uma grande vitória, pois determinou a construção de uma Casa de Passagem Indígena definitiva.

Figura 1: Entrada da Casa de Passagem Goj Ty Sà



Fonte: Fotografia de Rodrigo Barbosa. Cotidiano UFSC (2022).

O município de Florianópolis também se comprometeu a realizar melhorias no Terminal Integrado do Saco dos Limões (TISAC), que passou a ser utilizado como abrigo temporário para as famílias indígenas, um importante passo para garantir melhores condições de vida e respeito aos povos indígenas durante suas visitas à capital, além de reconhecer a

importância de sua cultura e trabalho artesanal. Em reportagem de Vandrezza Amante para o Portal Catarinas, a vereadora Carla Ayres afirmou:

Entendemos a importância da Casa de Passagem Indígena para a capital não só para que eles possam vender o seu artesanato. O território, a terra, tem uma posse ancestral que integra as comunidades tradicionais e o povo indígena. Hoje, esses indígenas têm mobilidade, vão e voltam para as aldeias para vender os seus artesanatos como uma forma de sobrevivência. Negar que tenham um espaço adequado na cidade é negar o direito constitucional e humano dessa população à habitação e à terra (Amante, 2022).

Entre ações diretas e lutas institucionais, a ocupação resistiu às diversas tentativas de despejo e se apropriaram do terminal de ônibus abandonado. Compreende-se que a lógica de despejo operada pela prefeitura nos lugares entra em conflito direto com a insurgência que as famílias estão refuncionalizando esse lugar. Deveria caber ao poder público assegurar um uso democrático do território e proporcionar melhores condições de existência para o povo, no entanto, constatamos que o contrário foi feito. Houve tentativas diversas de despejo, tanto através de ação de policiais como de negociações para mudarem as pessoas para outros lugares inapropriados. Segundo Sadrak Lopes⁸, em uma ocasião, a guarda municipal apareceu dizendo que eles teriam apenas 1 hora para se retirar da Casa de Passagem. Além disso, o terminal foi incendiado em abril de 2017, quando os Kaingang voltaram para a ocupação, e até hoje não se sabe a autoria do ato. Esse ato ocasionou manifestações dos coletivos a favor da Casa de Passagem e contra a violência policial com a qual estavam lidando. A figura abaixo é referente a um ato que ocorreu no centro de Florianópolis, em novembro de 2019.

⁸ A fala ocorreu na audiência pública dos direitos humanos em Florianópolis no dia 15 de julho de 2021.

Figura 2: Ato em defesa da Casa de Passagem e contra a violência policial



Fonte: Acervo pessoal do autor. Fotografia de Thayse Reis (2019).

Durante uma roda de conversa sobre o direito ao território e à territorialidade, organizada pelo IMDH no dia 8 de dezembro de 2022 na UFSC, Sadrak salientou a importância da luta que os indígenas exercem pela vida de todas as famílias e parentes que vivem na ocupação. No verão de 2022, o presidente da Comissão da Casa de Passagem disse que havia mais de 350 pessoas no lugar.

A resistência organizada contra o marco temporal⁹ teve um grande peso para a comunidade da Casa de Passagem. Diversos atos e encontros ocorreram para manifestar discordância ao projeto, que reuniu movimentos sociais e aliados. Além da insegurança que o marco temporal traria para os 28 territórios indígenas em Santa Catarina e aos demais territórios à escala nacional, o marco temporal também impediria a criação de novos territórios indígenas.

⁹ O marco temporal estabelecerá que os povos indígenas só teriam direito a reivindicar territórios que já estavam ocupados antes de 5 de outubro de 1988.

Figura 3: Ato contra o marco temporal em Florianópolis, 30/07/2021



Fonte: Portal Catarinas, fotografia de Isadora Camargo (2021).

Figura 4: Faixas referente ao ato contra o marco temporal, 30/05/2023



Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

3 QUESTÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO URBANO

“Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político”

(Milton Santos, 2000, p. 113).

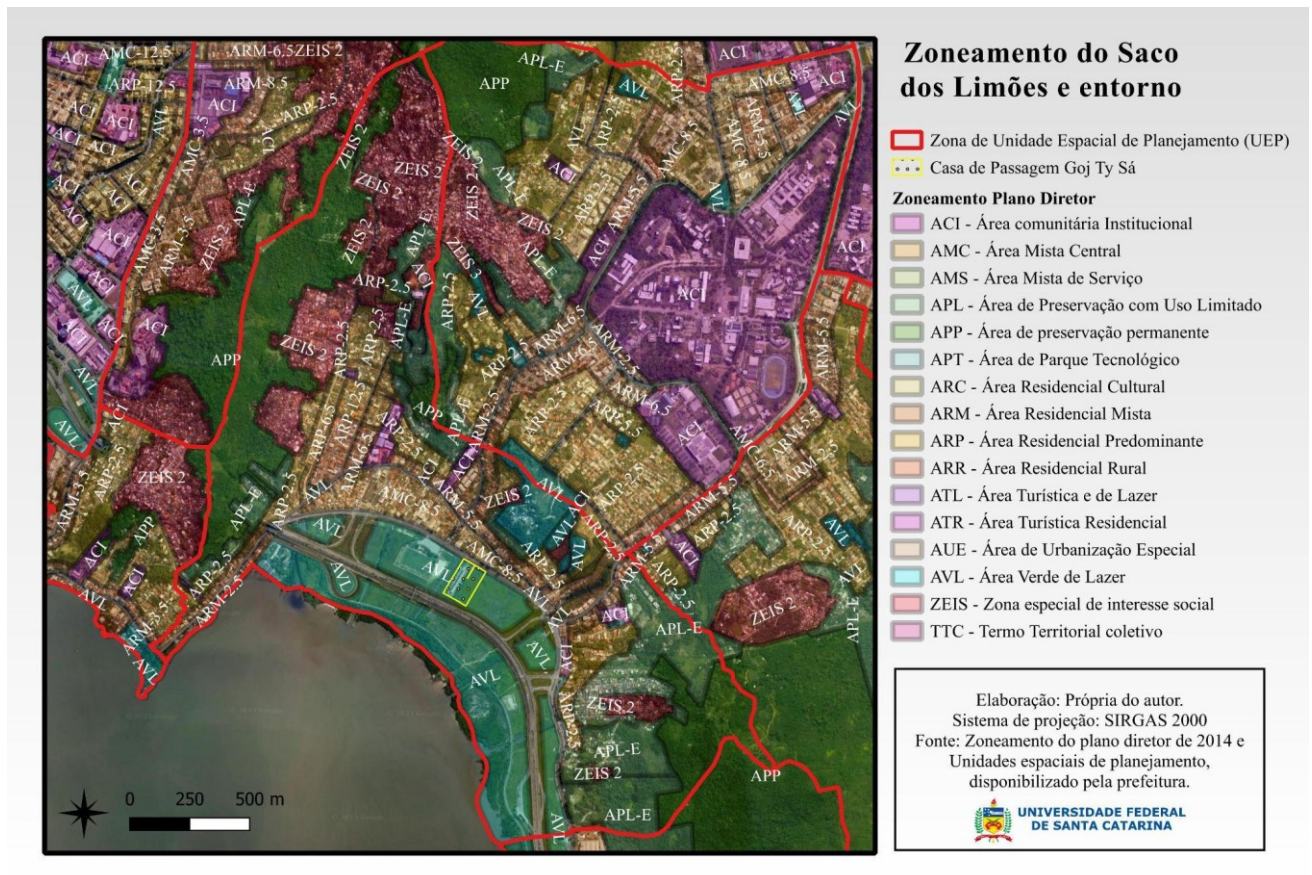
Desde meados de 1960 há um deslocamento da contestação da fábrica para os bairros, onde os movimentos sociais reivindicam suas pautas a partir das demandas do bairro (Souza, 2014; Bookchin, 1999). Por isso, há a necessidade de implantação de instituições mais próximas das populações, como os núcleos gestores distritais em Florianópolis, para contemplar as diversas necessidades locais e não impor um planejamento de cima para baixo. Compreendendo que a participação social na democracia vigente não pode ser um fim em si mesma, a urbanista Joice Berth (2019) aponta que as políticas públicas são impostas de cima para baixo e que, por isso mesmo, repetem a lógica colonial e violam direitos humanos (Berth, 2019). Nesse sentido, emerge a necessidade de construir a consciência da cidade real, com suas deficiências e injustiças, dando visibilidade para os conflitos (Maricato, 2015). Assim, é possível criar um espaço de debate democrático de diferentes interesses sociais e caminhar para uma reestruturação administrativa e fundiária.

Ao compreender a ilha de Santa Catarina em sua complexidade, vemos a existência de diversas ilhas urbanas dentro do território. Essa espécie de compartimentação e/ou fragmentação é expressa nos Planos Diretores que são comumente usados como ferramentas dos agentes hegemônicos para seus interesses. Milton Santos afirma que

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto (Santos, 2000, p. 39).

A figura abaixo é referente aos zoneamentos do Plano Diretor de Florianópolis de 2014 do bairro Saco dos Limões, um bairro que tem um uso residencial e comercial, com o legado da vila operária. Este era o Plano Diretor que estava vigente quando começou o processo de ocupação do antigo TISAC pelos indígenas. Observa-se uma Zona especial de interesse social (ZEIS), outro lugar que enfrenta marginalização e gentrificação.

Figura 5: Zoneamento do Plano Diretor de 2014 no bairro Saco dos Limões e entorno



Fonte: O autor (2023).

Como é possível observar, a Casa de Passagem está localizada em um dos terrenos do aterro da Via Expressa Sul, implicando em processos conflituivos, como abordaremos a seguir. É interessante pensar que o bairro da Costeira do Pirajubaé e entorno já foi originalmente ocupado por comunidades indígenas. Já o aterro, que abriu novas possibilidades de ocupação, é um lugar em disputa, com o zoneamento previsto como Área Verde de Lazer (AVL), cabendo aos órgãos públicos responsáveis pelo planejamento urbano decidir o uso desses terrenos.

Ainda que o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) tenha aberto possibilidades para políticas públicas participativas, a questão da participação em um contexto de cidade

neoliberal e colonialista pode cair em uma falsa democracia, na qual movimentos sociais são cooptados (Miraftab, 2016). Para Faranak Miraftab (2016), a inclusão deve vir da autodeterminação dos grupos e não pela ideia liberal de igualdade onde não há uma verdadeira compreensão das opressões. Para contrapor a lógica do planejamento modernista, fortemente condicionado pelo tecnocratismo na forma de decisão, é preciso propor processos horizontalizados e participativos. Consideramos, neste sentido, que a população é composta por “especialistas no espaço vivido”¹⁰ (Frémont, 1976).

Entramos na questão prática do planejamento e suas conseqüentes decisões políticas que determinam o uso dos terrenos na Via Expressa Sul, onde a Casa de Passagem se localiza. Sabe-se que os usos da Cidade do Samba, bem como o uso de áreas excedentes do sistema viário do Aterro da Via Expressa Sul, foram discutidos em uma audiência pública realizada no plenário da Câmara de Vereadores de Florianópolis, em agosto de 2011, com o título “Destino correto para o aterro da Via Expressa Sul”. A decisão do destino desses terrenos está na mão do poder público-empresarial da prefeitura. Os terrenos possuem uma localização privilegiada dentro da lógica imobiliária. Vemos, por exemplo, o caso da sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), que infelizmente não foi prioridade e continua sendo uma obra embargada, mesmo sendo obrigada por lei a ser efetivada como mitigação dos danos ambientais causados pela construção da Expressa Sul. Infelizmente, a Casa de Passagem está sendo mais uma obra na Via expressa sul deixada de lado pela prefeitura.

A Casa de Passagem possui uma localização estratégica para a comunidade, visto o fácil acesso para o centro da cidade e para o uso de transporte público – tanto para a venda de artesanato como para os deslocamentos dentro do município e fora dele. Além disso, a proximidade com instituições como a UFSC amplia as oportunidades de interação e comércio para os povos indígenas. A circulação é uma característica importante para aqueles que utilizam a Casa de Passagem. Notavelmente, há um ponto de ônibus quase em frente ao antigo TISAC, situado no terreno da Casa de Passagem, facilitando a circulação dos indígenas. A respeito da importância desses deslocamentos, Santos, Rocha e Zanin pontuam:

É necessário refletir e planejar espaços para contemplar esses fluxos, que fazem parte de seu modo de vida e são também uma forma de manterem-se economicamente. [...] Se os indígenas foram um dia deslocados dos lugares onde desenvolveram-se as cidades, acreditamos que seja necessário criar medidas que facilitem seu trânsito e permanência, que legitimem esses lugares em sua diversidade, que viabilizem essas populações, naturalizando

¹⁰ Para Frémont (1976, p. 242), “espaço vivido” é referente ao local cotidiano onde estabelecemos nossas relações humanas, onde criamos os laços afetivos, emocionais, sociais, onde surgem os significados.

sua presença, facilitando o diálogo e a compreensão de que ali sempre estiveram e permanecerão (Santos, Rocha, Zanin, 2017, p. 131).

Além disso, destaca-se a importância de que Prefeitura Municipal de Florianópolis volte com a gratuidade das passagens de ônibus para os indígenas. Esse direito, conquistado anteriormente, foi interrompido pela atual gestão, e sua restauração é vital para apoiar a mobilidade e as atividades comerciais desses grupos.

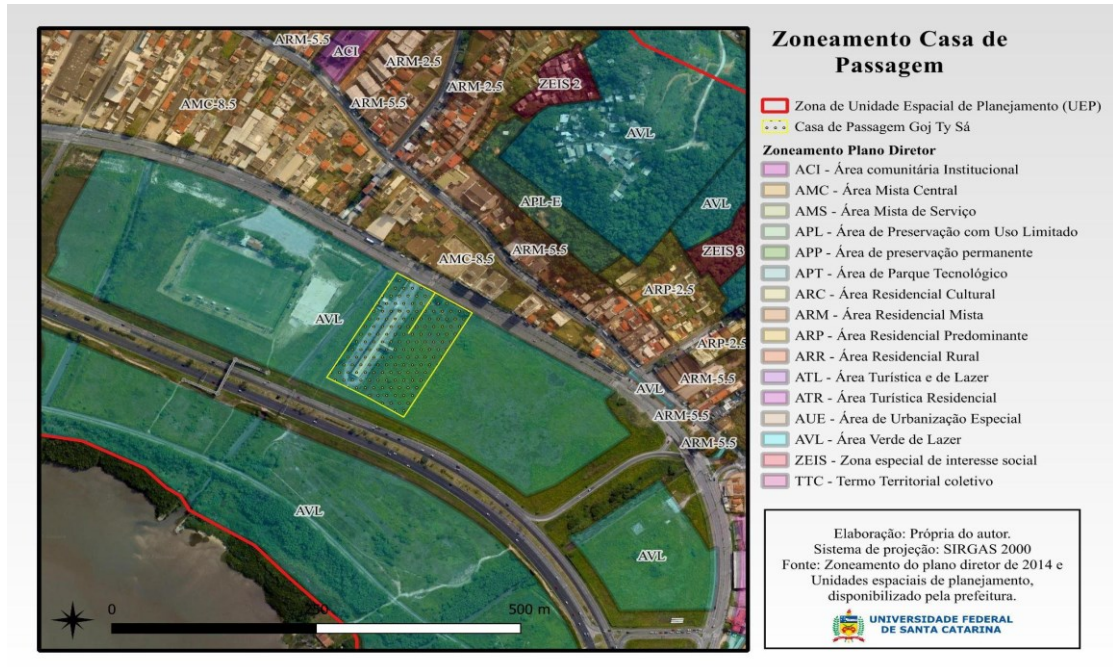
3.1 PROCESSOS LEGAIS: MAPEAMENTO DA ÁREA CONCEDIDA

Em 2018, a prefeitura assinou um termo de compromisso¹¹ (ANEXO A) que confirmava a construção da Casa de Passagem, que seria construída ao lado do terminal abandonado, assim como o lar para idosos requerido pela Associação de Moradores do Saco do Limões (AMOSAC). Entretanto, até o presente momento (2023), pouco foi feito pelo poder público a respeito, resumindo-se a instalação de tapumes provisórios e apenas um banheiro químico. O argumento utilizado pelo prefeito Topázio Silveira Neto em uma audiência pública¹² foi que o zoneamento da área no Plano Diretor impedia a construção da Casa de Passagem. Zoneamento que consta como Área Verde de Lazer pelos mapeamentos disponibilizados pela prefeitura.

¹¹ Termo de compromisso (MPF - Procuradoria da República em Santa Catarina) acordado pela Funai, pelo prefeito, pelo procurador chefe de Santa Catarina e pela procuradora da república em 2018 a respeito da Casa de Passagem.

¹² Audiência pública específica para o caso da Casa de Passagem indígena no dia 16 de fevereiro de 2022.

Figura 6: Casa de Passagem em relação ao zoneamento do Plano Diretor na área de análise



Fonte: O autor (2023).

De acordo com o relatório final do Projeto de Extensão “Casa de Passagem Indígena em Florianópolis”, coordenado pelo prof. Fábio Ferreira Lins Mosaner da UFSC (2022), a área da Casa de Passagem, “por ser aterro [...] é de propriedade da União, e atualmente encontra-se em possível venda e disputa de mudança de uso do solo, para possível uso habitacional verticalizado” (Mosaner et al., 2022, p. 8). Os terrenos zoneados como AVL do aterro estão na mão do poder público e deveriam servir de forma democrática à população. Esse caso deixa nítido como o poder hegemônico atua sobre o território, conservando forças políticas de descaso com a população em geral, principalmente das comunidades indígenas, onde os interesses do capital imobiliário sobre o uso do território não colocam como prioridade qualquer tipo de habitação social. Quando é lucrativo para os agentes hegemônicos, os empreendimentos são construídos rapidamente, embora a sociedade civil tente resistir.

Em outras situações no município, os zoneamentos foram alterados para cumprir interesses a partir de decisões políticas. Em relação à Casa de Passagem Indígena, foi utilizado como um impedimento de que não seria possível qualquer tipo de construção em decorrência do zoneamento. Posteriormente, como resultado de luta política, a prefeitura foi obrigada a alterar o zoneamento da Casa de Passagem, fazendo constar a possibilidade de construção da Casa no projeto do novo Plano Diretor em tramitação, sob pena de multa de 100 mil reais caso não seja operacionalizado (DIÁRIO DO PODER, 2022). Sendo assim a

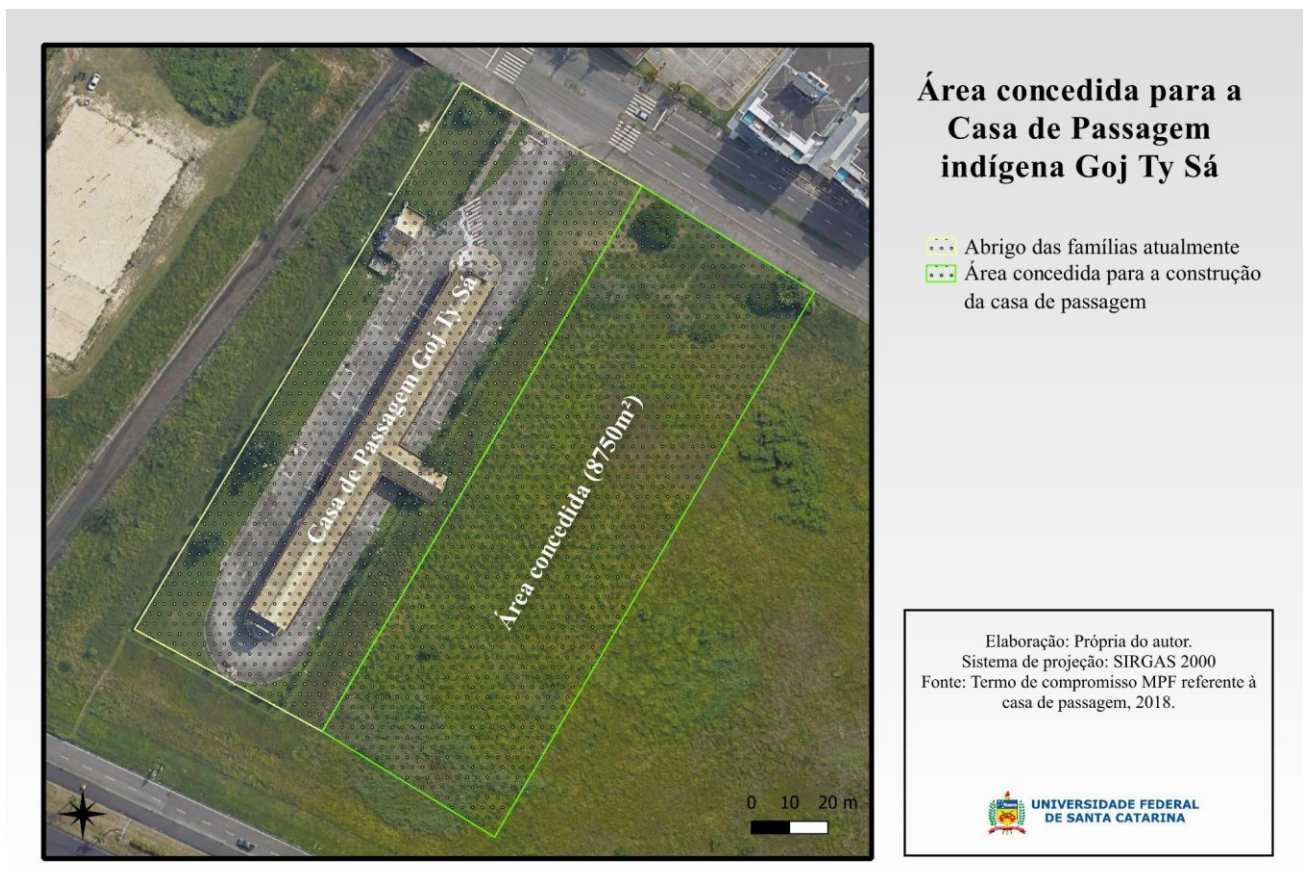
prefeitura e a Funai estão sendo condenadas por litigância de má-fé, visto que não estão cumprindo com os acordos estabelecidos no Termo de compromisso (ANEXO A) acordado pela Funai, pelo prefeito, pelo procurador chefe de Santa Catarina e pela procuradora da república em 2018 em relação à Casa de Passagem.

De acordo com reportagem do CIMI (2022), o Ministério Público Federal afirmou que

foi firmado Termo de Compromisso com o município, que assumiu a obrigação de disponibilizar estruturas provisórias, já na temporada 2018/2019 no local do TISAC, e iniciar a implantação da Casa de Passagem definitiva ainda em 2019 – em terreno cedido pela União ao lado do abrigo provisório (CIMI, 2022).

Embora nenhuma obra tenha sido feita ainda, a área já foi concedida pelos órgãos públicos, e o mapeamento abaixo refere-se ao terreno conquistado para a construção da Casa de Passagem, entre a Via Expressa Sul (Rodovia Governador Aderbal Ramos da Silva) e a Avenida Prefeito Waldemar Vieira.

Figura 7: Mapeamento da área concedida para construção da Casa de Passagem



Fonte: O autor (2023).

3.2 PROJETOS EM PAUTA

Destacamos dois projetos que foram elaborados para a Casa de Passagem. Segundo Reportagem do CIMI (Oliveira, 2023),

A Justiça Federal do estado de Santa Catarina determinou que o município de Florianópolis (SC) inicie, no prazo de 90 dias, as adaptações no antigo Terminal Rodoviário Saco dos Limões (Tisac), conforme projeto elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a instalação da Casa de Passagem dos indígenas. Caso a decisão não seja cumprida, a cidade catarinense deverá arcar com uma multa no valor de R\$350.000,00 (Oliveira, 2023).

Como visto anteriormente, além dos órgãos públicos serem responsáveis por melhorar as infraestruturas do terminal, devem construir a Casa de Passagem no terreno ao lado. O projeto foi elaborado de forma participativa com diversas idas a campo, sob responsabilidade do Laboratório de Projetos da UFSC. De acordo com os autores do projeto,

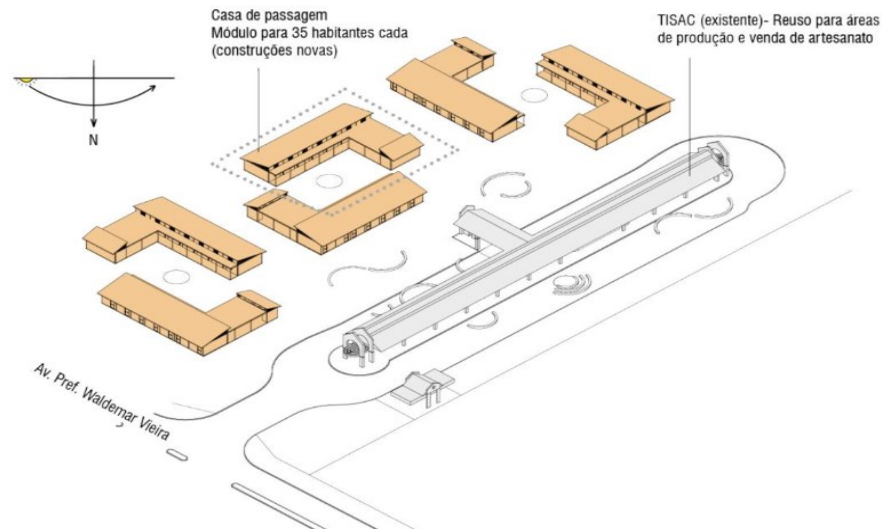
Depois de validado pela comunidade indígena, a proposta foi apresentada ao Ministério Público Federal (MPF), que move um processo contra a Prefeitura de Florianópolis para o cumprimento da construção da Casa de Passagem. A última versão do projeto "Estudo Preliminar para Ministério Público Federal" (apresentado a seguir), bem como a estimativa de custos para sua construção, foi apresentado ao MPF e anexado aos autos do processo, de modo a contribuir concretamente para a captação de recursos para a construção do mesmo (Mosaner et al., 2022, p. 22).

Figura 8: Projeto de melhorias na infraestrutura interna



Fonte: Laboratório de Projetos da UFSC (2022).

Figura 9: Projeto dos módulos para a construção ao lado do terminal



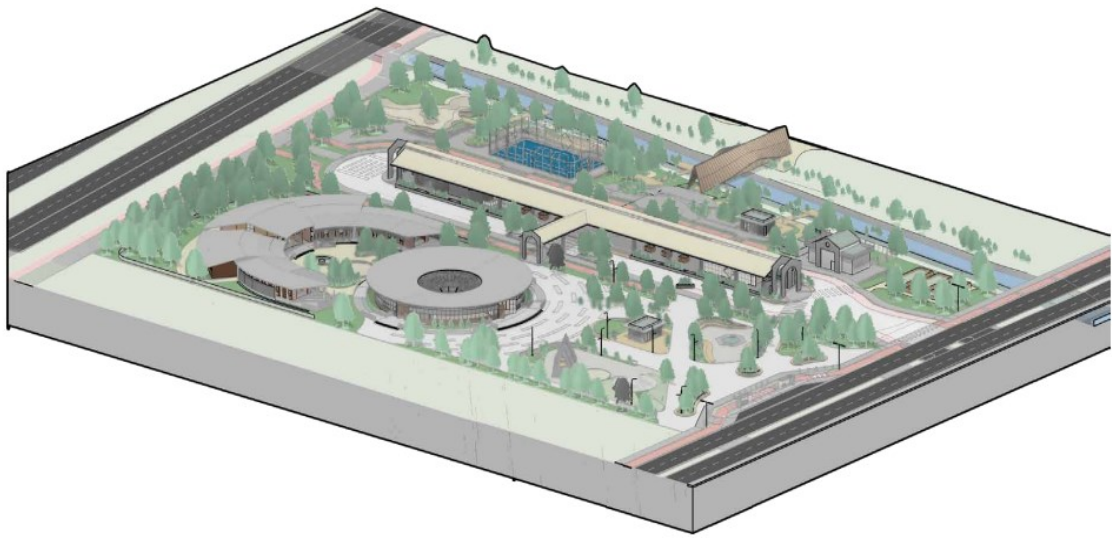
Fonte: Laboratório de Projetos da UFSC (2022).

Outro projeto em pauta é o trabalho intitulado “Goj Ty Sá Meiembipe – Centro Comunitário Cultural e Casa De Passagem Indígena em Florianópolis, SC”, realizado pelo estudante da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/Laguna) Bryan Niehaues Furtado, e orientado pelo professor Eduardo Nogueira Giovanni. O trabalho foi premiado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina em 2022 na categoria Melhor Trabalho Categoria Estudante¹³. A proposta prevê a

[...] criação de um centro comunitário, cultural e Casa de Passagem indígena na área visa priorizar o acolhimento desse público de grande valor histórico, ao mesmo tempo em que oferece o aporte necessário para conservação e divulgação da cultura indígena catarinense. A proposta deste estudo se dá em função da consideração da problemática urbana, carência dos espaços de acolhimento para indígenas na capital catarinense e a promoção de um espaço de convivência entre os cidadãos de Florianópolis, minimizando diferenças e respeitando as características de ambos. Por fim, a proposta busca estudar e desenvolver um projeto arquitetônico objetivando propor melhores condições de habitabilidade e vivência de povos indígenas na cidade de Florianópolis (CAU/SC, 2022).

¹³ O resumo do trabalho e as pranchas de arquitetura estão disponíveis em <https://www.causc.gov.br/projetos/premio-para-estudantes/trabalhos-premiados-2022/>. Acesso em 19 jan. 2024.

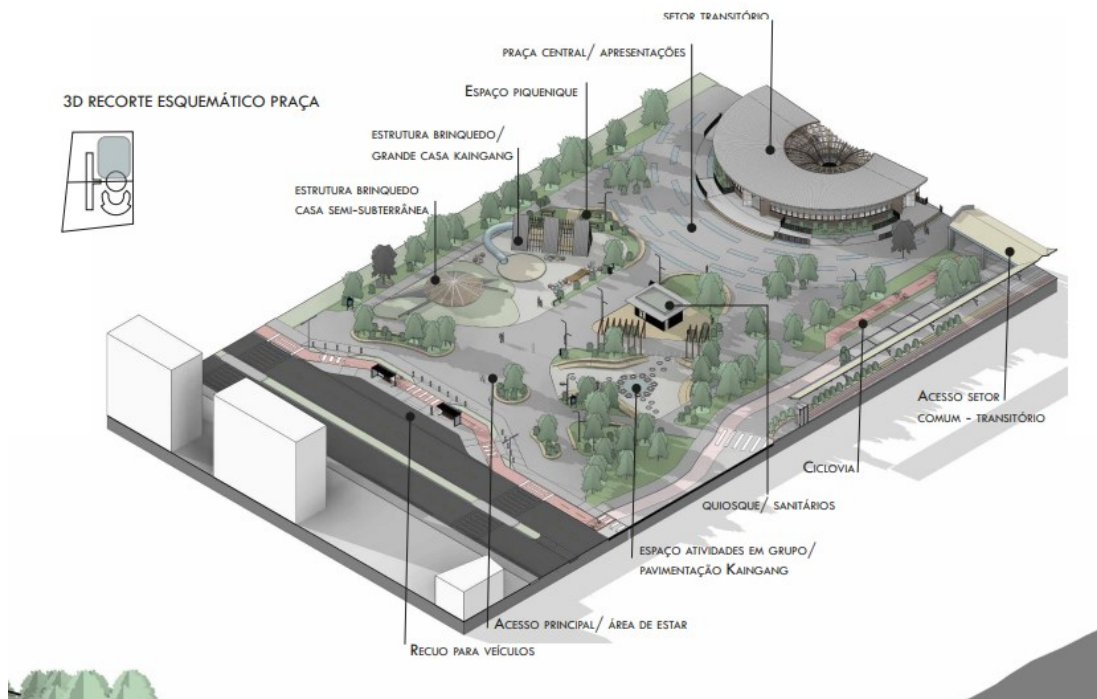
Figura 10: Projeto Casa de Passagem e centro comunitário



3D PROJETO

Fonte: CAU/SC (2022).

Figura 11: Recorte esquemático do projeto



Fonte: CAU/SC (2022).

4 A TERRITORIALIZAÇÃO DA CASA DE PASSAGEM ENQUANTO PRÁTICA ESPACIAL INSURGENTE

Considerando que as práticas espaciais insurgentes são aquelas que buscam uma visão contra hegemônica em relação à visão neoliberalizante, observa-se este movimento ocorrendo na Casa de Passagem Goj Ty Sà. O processo de refuncionalizar o terminal de ônibus abandonado em uma Casa de Passagem indígena, gera consequentemente um processo de territorialização, que se caracteriza enquanto uma prática insurgente em um lugar inventado¹⁴, uma apropriação total. Segundo o Projeto do Laboratório Cidade e Sociedade da UFSC, em relação à Prática Espacial Insurgente (PEI) em lugares inventados, “a insurgência acontece segundo formas e organizações não reconhecidas e mesmo combatidos pelo Estado, as corporações e a mídia dominante. Seriam equivalentes às práticas contra o Estado” (Souza, 2017, p. 6).

Compreende-se que o espaço e a política são indissociáveis, uma vez que as dinâmicas dos territórios e as mudanças que ocorrem nele são resultados das relações sociais que estão tecendo esses lugares (Souza, 2006). São essas instâncias que vão constituir os lugares e por serem formas de apropriação ou dominação, podem acabar sendo conflitivas dentro de uma totalidade social. Assim, o processo de territorialização na Casa de Passagem envolveu ressignificar o terminal de ônibus abandonado, e, para isso, os coletivos trabalharam em diversas práticas para afirmar a Casa de Passagem. A figura abaixo mostra o momento de confecção do grafite na entrada do lugar:

Figura 12: Momento de confecção do grafite no topo da Casa de Passagem



Fonte: Fotografia de Rodrigo Barbosa, Cotidiano UFSC (2022).

¹⁴ “Insurgência em espaço inventado” refere-se à categoria de apropriação total do lugar referente a um alto grau de insurgência. Laboratório Cidade e Sociedade - UFSC (2022).

A respeito das práticas que insurgem, notamos que segundo diferentes autores, há definições que convergem ou apresentam diferenças. Para isso foi elaborada uma breve categorização na tabela abaixo.

Tabela 2: Caracterização de práticas espaciais insurgentes em relação ao referencial teórico

Referencial teórico	Definições de Prática espacial insurgente	Caracterização da Casa de Passagem
Faranak Miraftab (2016)	<ul style="list-style-type: none"> ● Contra-Hegemônica ● Transgressiva ● Imaginativa 	Converge com as três definições;
Marcelo Lopes de Souza (2017)	<ul style="list-style-type: none"> ● Territorialização em sentido estrito ● Territorialização em sentido amplo ● Refuncionalização do espaço ● Resignificação do lugar ● Construção de circuitos econômicos alternativos. ● Construção de redes espaciais. 	Converge com as 6 possibilidades;
Projeto de pesquisa. Laboratório Cidade e Sociedade. UFSC. (2022)	<ul style="list-style-type: none"> ● Pactuação Harmoniosa ● Pactuação Conflituosa ● Insurgência em espaços convidados ● Insurgência em espaços inventados 	Caracteriza-se enquanto Insurgência em espaço inventado;

Fonte: O autor, 2023.

A ocupação da Casa de Passagem se constitui como uma territorialização contra hegemônica, pois vai contra um planejamento que impõe a lógica neoliberal e da colonialidade do poder, sendo assim, a Casa de Passagem também descoloniza o planejamento (Miraftab, 2016). Além disso, observa-se que é transgressiva e imaginativa, pois há uma profunda ressignificação do lugar a partir da apropriação e vivência dos agentes. São três argumentos que Miraftab traz a respeito do planejamento insurgente, estes que vão ser o motor para a autodeterminação dos territórios (Miraftab, 2016). Baseado em Miraftab (2016), Luis Felipe Cunha (2019) afirma que

As práticas de planejamento insurgente se caracterizariam enquanto “espaços de resistência”, conformados por pelo menos três características em comum, constituindo-se em práticas “contra-hegemônicas”, “transgressivas” e “imaginativas”. São práticas *contra-hegemônicas*, pois, se opõem em alguma medida ao poder heterônomo centralizado no Estado capitalista, sobretudo em sua versão neoliberal; *transgressivas* (no tempo, espaço e ação), pois ancoram se em uma consciência historicizada, a qual, em termos de ativismo, não se atém aos limites das fronteiras nacionais, e nem se contenta em obedecer às regras estipuladas pelo Estado; e, *imaginativas* pois, baseadas no idealismo de uma sociedade justa, propõem formas autênticas de representação do espaço vivido, a partir dos sentidos e das experiências do cotidiano dos cidadãos. Por fim, este planejamento insurgente, difere-se do planejamento institucional, pois não se baseia na “inclusão”, através de uma melhor representação de técnicos especialistas ou de políticos, mas sim, em uma “(...) inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados” (Miraftab, 2016, p. 368 apud Cunha, 2019, p. 104, grifos do autor).

Nesse sentido, Souza (2014) traz a importância dessas experiências que refuncionalizam lugares, como no caso das ocupações.

É no cotidiano dos territórios dissidentes que se operam processos de socialização (uma nova *paideia*) [...]. Também nascem ou renascem formas de ativismo supralocal e até mesmo inter ou transnacional, com a formação de redes de cooperação que costuram muitos países e até vários continentes (Souza, 2014).

Não é à toa que a Casa de Passagem se tornou um ponto de referência para indivíduos indígenas e não-indígenas de diversos lugares que desejam vir para Florianópolis. Além das famílias residentes das etnias Kaingang, Xokleng e Guarani, também vieram pessoas da etnia Pataxó, oriundos de Minas Gerais, famílias com crianças de outras comunidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e até mesmo da Ilha do Bananal, no Tocantins. Assim, a Casa de Passagem torna-se um fixo dentro dessa rede que une diferentes sujeitos e suas famílias, trazendo a possibilidade da insurgência construir uma rede espacial de articulação interescalar (Souza, 2017).

A insurgência também se caracteriza pelo processo de luta, direta e institucional, que os agentes têm exercido. Como se pode observar, há uma articulação com os movimentos sociais e outros coletivos, que têm apoiado nas questões jurídicas e feito conjuntamente um enfrentamento dentro dos órgãos públicos para que seja outorgado o direito à posse e a construção da Casa de Passagem. Segundo Cintia Mendonça, coordenadora da Coletiva Bem Viver (PSOL), a Funai não tem dado o apoio devido, pois não acompanha o caso de maneira adequada e o auxílio que essas pessoas estão recebendo hoje vem do grupo de apoiadores do

qual faz parte. Como aponta Cíntia em entrevista na reportagem de Vandrezza Amante, do Portal Catarinas,

Os indígenas já foram recebidos pela guarda municipal, com ameaça de despejo, tensionamento físico inclusive. A Funai contribuiu muito pouco, e encaminhou uma denúncia para a prefeitura fortalecendo o racismo institucional, atuando de forma contrária. A prefeitura não está dando nenhum auxílio. Temos uma rede de apoiadores com mais de cem pessoas e a comunidade local do Saco dos Limões está contribuindo com cobertores, colchões, alimentos, cestas básicas. É uma rede ampla da sociedade civil (Amante, 2021).

Esse processo conflitivo trouxe à tona um suposto racismo institucional, o que faz com que haja um constante adiamento do processo jurídico combinado com as tentativas de despejo (Amante, 2021). Também há o suposto racismo por parte de alguns moradores do bairro que não querem os indígenas ali, com a justificativa que preferiam uma casa para idosos. O bairro é um lugar que possui diversos terrenos vazios nas mãos da prefeitura. Sendo assim, no Termo de Compromisso do MPF também foi firmado que além da construção da Casa de Passagem, também será construído um lar para idosos para contemplar a requisição da AMOSAC. Segundo Vandrezza Amante, em reportagem feita pelo Portal Catarinas,

Há uma pressão da Associação de Moradores do Saco dos Limões e pessoas da comunidade em apoio à posição da prefeitura pelo racismo institucional, fomentando discursos de ódio e indicando lugares impróprios como possibilidade de alojamento para despejar os indígenas do antigo terminal (Amante, 2021).

A crítica feita a respeito deve compreender que esse processo não é apenas um abandono do poder público, mas resultado de uma conjuntura política que atua sobre o território. Enquanto os sujeitos deveriam ter pleno direito de uso do território, a exclusão dessas populações de seus respectivos planejamentos urbanos continua mantendo formas de poder para que essas territorialidades não coexistam. Nesse sentido, é possível compreender que o território sempre é moldado a partir das relações de poder, envolvendo alguma forma de controle (Sack, 1986).

4.1 A TERRITORIALIDADE E A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR

Ao analisar os conflitos que acontecem quando determinados grupos se apropriam de um espaço através de ocupações, fica explícito as contradições da luta de classes e das demais opressões, principalmente no que diz respeito ao uso do território através da propriedade privada dos meios de produção. Quando grupos ousam usar o território que não de forma

alienada, vemos novos processos de territorialização emergirem. Nesses processos, o sentido de coletividade atribuído neste lugar é expresso em formas de afirmação, através de símbolos e ressignificações que darão o conteúdo da territorialidade (Souza, 2017). Milton Santos diz que a territorialidade está sempre atrelada à cultura, afirmando que “assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. [...] um resultado obtido através do próprio processo de viver” (Santos, 1988, p. 83). Além de se apropriar de forma total desta determinada área e refuncionalizar o lugar, vemos dimensões da territorialização que se manifestam afirmando valores simbólico-culturais e encontros transculturais que constituem esse novo lugar.

Assim, na constituição de um lugar de insurgência, observa-se o processo de territorialização (Souza, 2017) com sentidos atribuídos e afirmações de identidade coletiva expressos na territorialidade, ao passo que o coletivo reinventa o que era um terminal de ônibus abandonado, um lugar que não deixa de estar implicado na territorialidade e nas relações do sistema-mundo moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2017). A territorialidade como construção simbólico-cultural dos lugares é vivida cotidianamente, em especial quando há feiras de artesanato e manifestações culturais, quando os atos e mutirões acontecem de forma solidária. Embora haja o abandono do poder público, a vida nunca parou de acontecer na Casa de Passagem. A fotografia abaixo foi registrada em um momento ocorrido após o ato contra o marco temporal, encontro que reuniu diversas pessoas:

Figura 13: Encontro referente ao ato contra o marco temporal, 30/05/2023



Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Referente à territorialização em sentido amplo¹⁵, um exemplo é a frase grafitada na ocupação “o amanhã não está à venda” do Ailton Krenak. Em seu livro *A vida não é útil* (2020), o autor pontua que talvez o que incomode os brancos seja o fato de o povo indígena não pautar sua existência na propriedade privada (Krenak, 2020). Nota-se as potencialidades simbólico-culturais contra um mundo voltado para a ética mercantil alienada (Haesbaert, 2004).

Figura 14: Grafite feito dentro da Casa de Passagem com a frase “o amanhã não está à venda”, de Ailton Krenak



Fonte: Licenciatura Indígena da UFSC (2023)¹⁶

Durante o verão, o fluxo de pessoas é mais intenso, havendo grandes trocas culturais. É no verão que as feiras de artesanato movimentam o Ponto de Cultura Goj Ty Sá. As produções artísticas podem ser compradas no local. Atualmente, a comunidade tem feito oficinas de cestaria para ensinar a cultura de seu povo. Segundo entrevista feita pelo Portal Catarinas,

Neusa Votã Lopes, 54 anos, se desloca da Terra Indígena Votouro, do Povo Kaingang, região noroeste do Rio Grande do Sul, para vender artesanato na capital catarinense desde 1999. Acompanhava a sua mãe, que alugava uma

¹⁵ Conceito caracterizado por Marcelo L. de Souza (2019), definindo o grafite e o pixo como territorialização em sentido amplo, este que em caso de insurgência afirma valores e faz parte do processo de territorialização.

¹⁶ Disponível em: <https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?p=3233>. Acesso em 19 jan. 2024.

casa no bairro Monte Cristo na temporada de verão. Com 101 anos, a mãe de Neusa não pode mais fazer esse deslocamento, mas a tradição do artesanato com a marca kadiokre, o grafismo que representa a identidade cultural da família, é repassada ainda hoje por elas para filhas e netas (Amante, 2021).

Figura 15: Feira de artesanato Kaingang



Fonte: Fotografia de Rodrigo Barbosa, Cotidiano UFSC (2022).

Em um contexto de insurgência, Souza (2017) aponta como a ressignificação do lugar, estritamente no âmbito do simbolismo e da cultura, pode ser formador de um território dissidente¹⁷. Para Limonad e Randolph (2002), são tais formas de apropriação cotidiana, estas que vão constituir os lugares, que são fundamentais enquanto estratégia de interação intra-territorial frente aos problemas urbanos.

Foram realizados vários mutirões para ligar a luz, fornecer água, montar barracas, conseguir alimentos e estabelecer uma rede de apoio além da rede fixa dos moradores. Também há uma convergência com a teoria miltoniana, no que tange o reconhecimento da dimensão do lugar enquanto possibilidade do acontecer solidário e da prática política. Milton Santos afirma que é nos lugares de solidariedade que há um poder determinante de insurreição em relação à globalização, tais resistências são contrarracionalidades frente a hegemonia (Santos, 2000), essas, capazes de fazer política e solidariedade nos lugares,

¹⁷ De acordo com Souza (2006; 2013), territórios dissidentes são espaços por definição da resistência e da insurgência, espaços de (re)organização dos lutadores e de “autovisibilização” (lutar para tornar-se e tornar as próprias demandas visíveis), espaços de afirmação de contrapoderes, espaços de desafio (efêmero ou duradouro, alegre ou violento), espaços de (re)construção (e, às vezes, também de destruição).

Pode-se dizer que, ao contrário da ordem imposta, nos espaços de fluxos, pelos atores hegemônico e da obediência alienada dos atores subalternizados, hegemonzados, nos espaços banais se recria a idéia e o fato da Política, cujo exercício se torna indispensável, para providenciar os ajustamentos necessários ao funcionamento do conjunto, dentro de uma área específica. Por meio de encontros e desencontros e do exercício do debate e dos acordos, busca-se explícita ou tacitamente a readaptação às novas formas de existência (Santos, 2000, p. 110).

Nesse sentido, a organização realizada pelas famílias conjuntamente à rede de apoio tem resistido às tentativas de despejo e ao descaso das instituições, resultando em um acontecer solidário entre os envolvidos. Embora a construção da Casa de Passagem venha sendo constantemente postergada, definitivamente um novo lugar foi constituído, se tornando um ponto de referência para diversas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, novas questões se desdobraram acerca do tema, visto que inicialmente foram avaliadas as ocupações de forma geral e sua conjuntura em Florianópolis. No processo de utilização dos conceitos e assimilação das teorias, se fez necessário uma abordagem que abarcasse de forma crítica tanto no âmbito político-econômico como no aspecto simbólico-cultural, com objetivo de compreender as dinâmicas territoriais que atravessam a Casa de Passagem.

Através da metodologia utilizada neste trabalho, tornou-se mais evidente a realidade de Florianópolis e os processos que envolvem a Casa de Passagem. Os conceitos da geografia utilizados auxiliaram a compreensão da instância em análise, através de uma dimensão interescalar, resgatando um histórico de acontecimentos para a investigação dos eventos no tempo presente. Refletir sobre a pesquisa ao mesmo tempo em que os acontecimentos na Casa de Passagem e os processos políticos em Florianópolis foram acompanhados foi fundamental para a elaboração desse trabalho.

Observamos que as teorias a respeito das práticas espaciais insurgentes possuem potencial para a compreensão do estudo de caso. As questões de definição, tanto de Souza (2017) como de Mirafab (2016) convergem com o estudo de caso no que tange às relações simbólico-culturais, demonstrando sua indissociabilidade. Sendo assim, a pesquisa corrobora a hipótese de que a instância da Casa de Passagem define-se como uma PEI. A insurgência de ressignificar o lugar, aliada a uma rede de apoio e organizações próprias, tem conquistado a permanência, o aval para a construção da Casa de Passagem e a concessão do terreno, o que demonstra que as estratégias de territorialização têm sido efetivas apesar do descaso sistemático dos agentes hegemônicos frente às famílias da Casa de Passagem Goj Ty Sã.

Em relação ao planejamento urbano, evidenciaram-se as tensões que acontecem no território. Neste caso, as organizações responsáveis pelo planejamento, novamente alienada da população, forçaram estratégias para retirarem as famílias do lugar, tanto através do zoneamento do Plano Diretor quanto através de ações diretas vinda de policiais, da associação de moradores e até mesmo da Funai, o que reforçou a necessidade de organização política dos coletivos envolvidos. É através da insurgência que tem se tornado possível exercer este determinado uso do território.

Ao relacionar a Casa de Passagem ao seu entorno, observamos alguns pontos importantes. Em relação a sua localização no aterro da Via Expressa Sul, há conflito de interesse no uso destes terrenos. Após um resgate dos “Destinos corretos para via Expressa Sul”, que ocorreu em audiência pública, nota-se que obras importantes foram embargadas,

como o caso da sede do ICMBio, que deveria ser construída como mitigação dos custos ambientais causados pelo aterro no bairro. Nota-se também que esses terrenos possuem grande valor imobiliário e parecem se configurar como uma reserva de valor para venda de loteamento. Não por acaso, já houve diversas tentativas de negociação para mudarem as famílias da Casa de Passagem de lugar, localizações estas consideradas impróprias pela comunidade que habita a Casa.

A luta institucional chegou à escala federal, onde atualmente os órgãos responsáveis estão sendo condenados por não cumprirem os acordos estabelecidos pelo Termo de Compromisso do MPF. O descumprimento refere-se tanto à questão da construção da Casa de Passagem, concedida ao lado do antigo terminal, quanto à questão de alterar o zoneamento no Plano Diretor para condizer com o uso da Casa de Passagem.

A área em que se encontra a Casa de Passagem possui valor de uso para os indivíduos que a frequentam. Uma das vantagens é a facilidade de locomoção no circuito econômico dos artesãos e pelo deslocamento das pessoas indo e vindo de fora da ilha, além de já ter se tornado um ponto de referência para diversas comunidades. Com processo de ocupação e vivência nos últimos anos, nota-se a importância do lugar no âmbito da cultura, territorialidade vivida através de feiras culturais, manifestações artísticas, trocas de saberes entre as comunidades e atos organizados que acontecem de forma solidária.

REFERÊNCIAS

AMANTE, Vandrezza. Construção da casa de passagem indígena é adiada pela prefeitura de Florianópolis. **Portal Catarinas**. 17 jan. 2022. Disponível em: <https://catarinas.info/construcao-da-casa-de-passagem-indigena-e-adiada-pela-prefeitura-de-florianopolis/>. Acesso em 19 jan. 2024.

AMANTE, Vandrezza. Racismo é motivo de adiamento da construção da Casa de Passagem indígena na capital. **Portal Catarinas**. 16 ago. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/racismo-e-o-motivo-do-adiamento-da-construcao-da-casa-de-passagem-indigena-na-capital/>. Acesso em 19 jan. 2024.

ANGATU, Casé (SANTOS, Carlos José). Povos Originários: Resistimos porque (Re)Existimos – Cosmologias e memórias de Povos que alguns diziam dizimados. In: NEUMANN, Gerson R.; RICHTER, Cíntea; DAUDT, Marianna I. (Orgs.). **Literatura comparada, ciências humanas, cultura, tecnologia**. Porto Alegre: Class, 2021. p. 331-344.

APARICIO, Adriana Biller. **Direitos territoriais indígenas: diálogo entre o direito e a antropologia - o caso da terra Guarani Morro dos Cavalos**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo, Boitempo, 2008.

BARBOSA, Rodrigo. Audiência termina sem definição sobre construção da Casa de Passagem Indígena em Florianópolis. **Cotidiano UFSC**, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/audiencia-termina-sem-definicao-sobre-construcao-da-casa-de-passagem-indigena-em-florianopolis>. Acesso em 19 jan. 2024.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.

BOOKCHIN, Murray. **Municipalismo libertário**. São Paulo: Nu-Sol; Imaginário e Coleção Anarquista Branca Leone, 1999.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em 19 jan. 2024.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 04 dez. 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/285>. Acesso em 19 jan. 2024.

CAMPOS, Nazareno. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, v. 17, n. 34, p. 113-135, jul./dez. 2002.

CANELLA, Francisco. O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 – 2014). **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul./dez. 2016.

CONSELHO de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC). Trabalhos Premiados – 2022. Disponível em: <https://www.causc.gov.br/projetos/premio-para-estudantes/trabalhos-premiados-2022/>. Acesso em 23 jan. 2024.

CRUZ, Valter do Carmo (Org). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CUNHA, Luis Felipe. **Práticas espaciais e planejamento insurgente: os casos do Campeche em Florianópolis e Pointe-Saint-Charles em Montreal**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2019.

CUNHA, Luis Felipe.; COELHO, Kellen da Silva. Organizar de uma prática espacial insurgente: o caso do Campeche na resistência à proposta de Plano Diretor "participativo" de Florianópolis. In: **XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia** (Anais Eletrônicos), 2021.

DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

DILL, Fernanda Machado; WIESE, Ricardo Socas. Territorialidades indígenas nos centros urbanos: sobre lugares e povos. **Patrimônio e Memória**, v.17, n. 1, p. 54-74, jan./jun. de 2021.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. **Plano de Habitação de Interesse Social**. Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental. Agosto, 2012. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2018_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf. Acesso em 23 jan. 2024.

FRÉMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido**. Coimbra: Almedina, 1976.

FRIEDMANN, John. **Insurgencies: essays in Planning Theory**. Londres: Routledge. 2011.

GARCÍA, Sandra Carolina Portela. **Circulação e permanência de indígenas Kaingang e Guarani na cidade de Florianópolis, Santa Catarina: desafiando ausências, paradoxos e outras imagens**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2015.

GARCÍA, Sandra Carolina Portela. Mulheres Guarani no centro da cidade de Florianópolis: ausências e paradoxos. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498849798_ARQUIVO_PapFazendoGenero-CarolinaPortela.pdf. Acesso em 23 jan. 2024.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Editora Contexto/Eduff, 2002.

HOLSTON, John. Spaces of Insurgent Citizenship. In: HILLIER, Jean (Ed.). **Contemporary Movements in Planning Theory**. Londres: Routledge, 2008. p. 35-51

ITURRALDE, Ignacio. ¡Tierra y caciques! Del mal gobierno de los comunes y la restricción de la libertad. **Revista de Antropología Social**, v. 2, p. 399-425, 2017.

KOWARICK, Lucio. **Espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KRENAK, Aílton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LENZI, Maria Helena. **A invenção de Florianópolis como cidade turística: discursos, paisagens e relações de poder**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2016.

LIMONAD, Ester; RANDOLPH, Rainer. Cidade e lugar: sua representação e apropriação ideológica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, pp. 9-22. mai. 2002,

MAIER, Jefferson Adriano. **Lutar, criar: experiência de organização política dos moradores da Ocupação Contestado, São José – SC**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2022.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MILAGRES, Lígia. Ambivalência de práticas espaciais auto-organizadas em disputa pela democratização da produção do espaço. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v.18, n.2, p. 205-223, maio/ago. 2016.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 18, n. 3, p. 363-377, set./dez. 2016.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgent planning**: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.

MIRAFTAB, Faranak; WILLS, Shana. Insurgency and spaces of active citizenship: The story of Western Cape anti-eviction campaign in South Africa. *Journal of planning education and research*, v. 25, n. 2, p. 200-217, 2005.

MOBILIZAÇÕES exigem que o STF garanta o direito constitucional às terras indígenas. *Portal Catarinas*. 30 jun. 2021. Disponível em: <https://catarinhas.info/mobilizacoes-exigem-que-stf-garanta-o-direito-constitucional-as-terras-indigenas/>. Acesso em 19 jan. 2024

MOSANER, Fábio Ferreira Lins; WIESE, Ricardo Socas; PIMENTA, Anna Freitas Portela. **Casa de Passagem Indígena em Florianópolis**. Relatório Final de Projeto de Extensão. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em: https://issuu.com/labprojufsc/docs/2022_12_14_casa_de_passagem_indigena_florianopolis. Acesso em 19 jan. 2023.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

NASPOLINI, Vicente. **Fragmentação espacial em Florianópolis**: urbanização, planejamento e ideologia. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2019.

NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 12, p. 57-84, 2017.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. *Revista ClimaCom: Diante dos Negacionismo*, v. 8, n. 21, p. 1-8, 2021.

NÚÑEZ, Geni; VILHARVA, Natanael. Artesanato narrativo e as teias da palavra: perspectivas Guarani de Resistência. *Revista Feminismos*, v. 10, n. 2 e 3, maio-dez. 2022.

OLIVEIRA, Marina. Justiça determina que município de Florianópolis construa Casa de Passagem indígena no antigo Tisac. *Conselho Indigenista Missionário (CIMI)*. 10 nov. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/11/justica-construcao-casa-de-passagem-indigena-sc/>. Acesso em 19 jan. 2023.

OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Apropriação territorial e o papel das elites locais no processo de modernização na Região Sul Catarinense no século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020.

PEREIRA, Elson Manoel (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil**: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

PEREIRA, Elson Manoel. **Práticas Espaciais e Planejamento Insurgentes: estudo da Região conurbada de Florianópolis**. Projeto de Pesquisa (CNPq). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

PEREIRA, Elson Manoel. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus Planos Diretores. **Geosul**, v. 25, n. 49, p. 103-121, jan.-jun. 2010.

PEREIRA, Elson Manoel; BOPPRÉ, Afrânio. A disputa de hegemonia em Florianópolis. **Geosul**, Florianópolis, v. 37, n. 82, p. 15-36, mai./ago. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter do C.; OLIVEIRA, Denilson A. (Orgs.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 37-54.

PREFEITURA de Florianópolis e Funai são condenadas por litigância de má-fé. **Diário do Poder**. 14 nov. 2022. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/justica/csa-justica/prefeitura-de-florianopolis-e-Funai-sao-condenadas-por-litigancia-de-ma-fe>. Acesso em 23 jan. 2024.

PREFEITURA de Florianópolis terá que pagar multa por não dar abrigo digno para indígenas. **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/03/prefeitura-florianopolis-multa-abrigo-digno-indigenas>. Acesso em 19 jan. 2023.

PURCELL, Mark. Resisting neoliberalization: Communicative planning or counter-hegemonic movements? **Planning theory**, v. 8, n. 2, p. 140-165, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 30, p. 139-142, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25711>. Acesso em 19 jan. 2024.

RANDOLPH, Rainer. Subversão e planejamento como práxis: uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

REIS, Thayse. **Territorialidades e a Arquitetura como objeto da História que a História não conta: a presença indígena em Florianópolis e a sua luta pelo direito à cidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2020.

RIVAS, Clara N. **Comunidade da Ponta do Leal: entre ações do Estado e práticas insurgentes**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do Plano Diretor do Campeche em Florianópolis-SC**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SACK, Robert Davis. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANDERCOCK, Leonie; BRIDGMAN, Rae. Towards cosmopolis: Planning for multicultural cities. **Canadian Journal of Urban Research**, v. 8, n. 1, p. 108-111, jun. 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M et al. (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Rodrigo G. dos; ROCHA, Laila B. L.; ZANIN, Nauíra Z. Sobre lugares, práticas, corporeidades, dominação e parceria: a experiência gentrificadora e seus atravessamentos na cidade contemporânea. **Indisciplinar**, v. 4, n. 5, p. 112-141, 2017.

SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Anelise (Org.). **Hidrelétricas e Povos Indígenas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Do “direito à cidade” ao direito ao planeta: territórios dissidentes pelo mundo afora e seu significado na atual conjuntura (1ª parte)**, 23 jul. de 2014. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/07/97823/>. Acesso em 19 jan. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Do “direito à cidade” ao direito ao planeta: territórios dissidentes pelo mundo afora e seu significado na atual conjuntura (2ª parte)**, 31 jul. de 2014. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/07/98046/>. Acesso em 19 jan. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Planejamento e gestão urbanos em uma era de medo. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 55-74, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SOUZA, Maria Adélia. **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis.** Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, São Paulo, 2002.

TOMMASINO, Kimiye; ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 2, p. 18-42, 2014.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento.** Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.

ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO/MPF

VIA FELICIANO



TERMO DE COMPROMISSO
ACP N. 5030065-13.2016.404.7200/SC

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia; promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, especialmente das comunidades indígenas; e, ainda, defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, II, III e V, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b", "c" e "d", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO o teor da sentença proferida nos autos da ACP n. 5030065-13.2016404.7200, que julgou procedente o pedido veiculado para, entre outros, *determinar a constituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional com a coordenação e participação da FUNAI, a participação do Município de Florianópolis, da União e de representantes das comunidades indígenas que se dirigem a Florianópolis na temporada de verão, para produzirem, distribuírem e venderem seu artesanato;*

CONSIDERANDO que o referido GT já foi constituído e está se reunindo discutindo e elaborando os critérios para a implantação de uma Casa de Passagem em prol dos membros dessas comunidades indígenas, em área pública, haja vista a o interesse dos entes intervenientes;

CONSIDERANDO as reuniões realizadas com vistas a alcançar uma solução conciliada para garantir a construção da Casa de Passagem, bem como as sugestões e vistorias realizadas;

CONSIDERANDO que em caráter provisório as famílias indígenas vem sendo abrigadas nas estruturas do TISAC – Terminal de Integração do Saco dos Limões, no bairro do mesmo nome, bem da União que foi cedido para o Município com tal finalidade, nunca utilizada, no entanto;

CONSIDERANDO que no referido TISAC existia, quando da primeira utilização pelos indígenas, equipamentos de banheiros, cozinha e ligações de energia elétrica e de água encanada, e que, após a desocupação pelos indígenas, no ano de 2017, aconteceram danos por vândalos, sem que o Município ou o Estado (policias) tenham logrado impedir ou identificar os responsáveis;

CONSIDERANDO que em decorrência dos referidos atos de vandalismo foram necessárias adaptações na área para utilização no final de 2017 e no corrente ano, e que para uma solução definitiva nessa área dever-]ao ser realizadas melhorias, visando a uma estadia digna e segura;



CONSIDERANDO o interesse do Município de aproveitar a área construída já existente no referido bem da União, para a implantação de um Centro de Idosos, bem como a sua disposição, em contrapartida, de construir a Casa de Passagem para os indígenas em terreno da União limítrofe e de mesma dimensão, disponibilizado pelo SPU/SC;

CONSIDERANDO que a União, pela sua Superintendência de Patrimônio no Estado de Santa Catarina, devidamente amparada pela Advocacia Geral da União (AGU/SC) está disposta a fazer a cessão gratuita da área (Imóvel do TISAC e do limítrofe ao Município – que passam a se denominar Áreas "1" e "2" -, com os fins específicos da implantação do centro para atendimento a idosos e crianças e para a implantação da casa de passagem;

CONSIDERANDO que os indígenas foram consultados e estão de acordo com a alternativa de solução aqui referida;

CONSIDERANDO que as partes concluíram pela possibilidade de cessão gratuita das duas áreas contíguas para o Município, mas que será necessário o compromisso do poder executivo municipal para regularizar o zoneamento urbanístico, a fim de possibilitar a implantação de ambos os equipamentos de utilidade pública;



CONSIDERANDO que a União, pela sua Superintendência de Patrimônio no Estado de Santa Catarina, emitiu Termo de Outorga de Permissão de Uso da área de 7.147,68m² à União/SPU/SC, ao Município de Florianópolis, à FUNAI e ao Estado de Santa Catarina, com a finalidade de renovar a permissão de uso destinada ao abrigo das famílias indígenas para o período de 16/10/2018 a 15/01/2019, permitida a prorrogação;

CONSIDERANDO que, para garantir os recursos federais destinados à construção da casa dos idosos, seria necessário mudar os indígenas para uma casa de passagem provisória (estrutura com tendas grandes, containers com cozinha e banheiros, conforme pré-projeto apresentado pelo IPUF e aprovado pelos indígenas), desde que a mesma fosse viabilizada pelo Município com água encanada de qualidade, saneamento, locais adequados para acampamento, para sanitários e duchas, para cozinha e refeições, bem como devidamente cercada e higienizada;

CONSIDERANDO que, na reunião realizada em 24/8/2018 na sede do MPF/SC (ata anexa), foi apresentado o projeto de casa de passagem provisória, cuja área teria que ser entregue em perfeitas condições até 1º/12/2018 pela Prefeitura Municipal, que arcaria com as despesas de água, luz, esgoto, portão e cercamento da área;



CONSIDERANDO que, na mesma reunião, ficou acordado que, se até 1º/12/2018 a estrutura provisória não estivesse pronta para uso, o TISAC permanecerá sendo usado pelos índios durante a temporada já iniciada (01/12/2018) e até que tal estrutura esteja em condições de uso;

CONSIDERANDO a necessidade de somar esforços entre os órgãos para a consecução das obrigações previstas na Constituição Federal e daquelas determinadas na sentença retrocitada;

COMPROMETEM-SE

O MPF, pela Procuradora da República Signatária, o Município de Florianópolis e a União, esta por meio de sua Superintendência de Patrimônio no Estado, e por seus representantes legais (Prefeito em exercício e AGU/SC), bem como a FUNAI, objetivando uma solução conciliada para o cumprimento da decisão judicial, extinção da ação e atendimento à pretensão nela deduzida, a adotar as seguintes providências:

1) Município de Florianópolis:

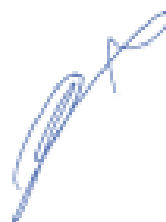
1.1) a entregar a estrutura da casa de passagem provisória, conforme detalhado neste termo e nos croquis apresentados (em anexo) para que os indígenas possam lá permanecer em segurança e com conforto (condições dignas e suficientes), até a entrega definitiva da Casa de Passagem que será construída pelo Município na área da União, sob pena de a área do TISAC permanecer sendo usada pelos índios.

1.2) a providenciar a alteração de zoneamento para as áreas "1" e "2" da União aqui tratadas, projeto executivo a ser aprovado pelo Grupo de Trabalho criado pela ordem judicial, alvarás de construção, licitação e contratação para a construção de uma Casa de Passagem para os indígenas, com recursos municipais próprios, até 1º/7/2019;

1.3) o município, como cessionário da área total (áreas 1 e 2), deverá integrar iluminação e o fornecimento de serviços de água e esgoto na área da futura casa de passagem, sem qualquer despesa para os indígenas ou para a FUNAI, bem como a drenagem, terraplenagem e calçamento na área, bem como a instalação de câmaras de monitoramento e outros equipamentos necessário para a fruição adequada pelos indígenas;

1.4) garantir à FUNAI a gestão da Casa de Passagem, durante o período de alojamento dos indígenas (temporada/período de 1º de novembro até pelo menos 30 de maio de cada ano).

2) A Superintendência de Patrimônio da União deverá providenciar os atos necessários para viabilizar a cessão da área total de 17.500,00m² (duas contíguas de 8.750m²) ao Município de Florianópolis, desde que as finalidades específicas de uso, aqui indicadas, sejam dadas à área (Casa de Passagem para os Indígenas e Centro cultural para idosos, crianças e adolescentes).





3) As partes signatárias também concordam que, caso a estrutura provisória para receber os indígenas nesta temporada de verão não seja concluída a tempo, as famílias indígenas poderão permanecer/ocupar o local do TISAC até 30/05/2019.

4) As partes comprometem-se com a **suspensão** da tramitação dos recursos no TRF 4ª Região, a fim de viabilizar a solução acordada para o feito judicial. E caso aperfeiçoado/cumprido este termo, com a extinção negociada do feito.

Quaisquer litígios decorrentes do presente Termo de Compromisso deverão ser dirimidos pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Subseção de Florianópolis.

Por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente termo, em três vias de igual teor.

Florianópolis, 30 de outubro de 2018.


JOÃO BATISTA NUNES
 Prefeito do Município de Florianópolis
 em exercício


FÁBIO GOMES PINA
 Procurador-Chefe da União em Santa Catarina (AGU/SC)






ANALUCIA HARTMANN
Procuradora da República

FUNAI
COORDENAÇÃO REGIONAL LITORAL SUL